CONVIVIVM

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CVLTVRA

MARÇO 1964

ANO III — NÚMERO 1 — VOL. 4

SÃO PAULO • BRASIL

CONVIVIVM

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CULTURA

MARÇO 1964

Pede-se enviar a correspondência, os manuscritos, as revistas para permuta e as obras para a resenha a CONVIVIVM, Redação e Administração, Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2715 — Telefone 70-6542 — São Paulo — Brasil.

A revista CONVIVIUM reserva-se o direito de publicar ou não os artigos espontâneamente enviados à Reração. Os originais não serão devolvidos.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 1964

Brasil e Portugal

— assinatura anual (dez números)	Cr$	2.000,00
— número avulso	Cr$	200,00
— número atrasado	Cr$	300,00

Outros Países

— assinatura anual (dez números)	US$	13,00
— número avulso	US$	1,50

Assinatura de Benfeitor	US$	20.000.00

CONVIVIVM

MARÇO 1964

ANO III — N.º 1 — VOL. 4

SUMÁRIO

ARTIGOS

PERSPECTIVAS E DEBATES

ANÁLISES E COMENTÁRIOS

RESENHAS

Prezado assinante e leitor.

Por motivos inteiramente independentes e superiores à nossa vontade, deixou de circular o primeiro número da revista CONVIVIVM, correspondente aos meses de janeiro e fevereiro de 1964. Desta forma, o número de março de 1964 será o primeiro número do volume IV da revista. Ninguém mais do que nós lamenta êste fato. Esperamos que no futuro tal ocorrência não se repita.

Por outro lado, é com grande satisfação que entregamos êste primeiro número do IV volume aos amáveis leitores. Todos os que têm experiência, sabem aquilatar a luta e o trabalho que um empreendimento dêste gênero representa no Brasil. É evidente que há tempo a revista CONVIVIVM teria deixado de existir se lhe faltassem o apôio e a colaboração dos escritores, leitores e amigos. Oportuno se torna, pois, um agradecimento especial a todos os que esvrevem e a todos os que lêem.

Um único fim nos tem norteado até o presente momento e continuará a dirigir-nos no futuro: o estudo e a defesa dos valôres fundamentais da nossa civilização ocidental e cristã. Sòmente êles podem justificar o trabalho e a luta nos quais estamos empenhados. São os valôres do espírito e da cultura, fundamento e garantia da liberdade e, por isso mesmo, condição de uma história verdadeiramente humana. Fiéis ao pensamento que delineamos no artigo de apresentação da revista, cremos nos valôres supremos do homem e no fim transcendente da História. Por isso lutamos. As dificuldades, as oposições e as incompreensões apenas engrandecem esta luta.

É com confiança que iniciamos o IV volume da nossa Revista, certos de estarmos prestando um grande serviço à cultura nacional e à defesa dos valôres que a constituem.

Domingos Crippa

A CARTA DE PERO VAZ CAMINHA [1]

GILBERTO DE MELLO KUJAWSKI

DENTRE os vários espantos arrolados na infância de todo pequeno brasileiro ao aprender as primeiras letras, uma cena deveria ficar inesquecível: aquela em que a professora anuncia que no ano de 1500 o português Pedro Álvares Cabral *descobriu* o Brasil. Não é de causar espécie que êsse nosso Brasil, de nossos pais e de nossos avós, tenha sido um dia *descoberto* (assim como se descobre um ninho de tico-tico ou a ponta da praia quando vamos a Santos)? E não será a consciência de ter nascido num país *descoberto* por outrem que empresta ao brasileiro o otimismo auroral de quem habita o reino da eterna promissão? O europeu de qualquer nacionalidade toma consciência de si num âmbito imediatamente histórico, sabendo, desde logo, que seu meio vital não foi descoberto e sim, construído passo a passo pelos antepassados. O brasileiro nasce "em berço esplêndido"; seu país foi "descoberto", isto é, êle e seu país cairam do céu; vive num celeiro de infinitas possibilidades onde os problemas, se existirem, resolvem-se por si mesmos pela magia de prodigiosos recursos vegetativos.

As nações dão-se à luz à medida em que se descobrem por si mesmas, a partir de certo momento histórico. A singularidade de nações como a nossa é não efetuarem por si mesmas a própria descoberta. De forma que, a rigor, o descobrimento da nova terra chamada de Vera Cruz, consistiu, antes, num feito da história portuguesa que da história brasileira. E para obviar as prevenções de certos "nacionalistas" diremos ainda que a façanha de Cabral, em têrmos supranacionais, marcava um episódio da expansão do próprio Ocidente.

Tudo começou com a presença tutelar do Infante D. Henrique em Sagres. Ali, junto a S. Vicente, costumava demorar-se o Infante, debruçado no extremo de uma ponta rochosa parecendo entrar pela água dentro — relata Ameal —

---

(1) "Carta a El-Rei D. Manuel", edição "Dominus", organizada por Leonardo Arroyo (1963).

com arremêsso audacioso e estranho e comunicando a sensação de aventura em pleno mar.

Em seu throno entre o brilho das espheras,
Com seu manto de noite e solidão,
Tem aos pés o mar novo e as mortas eras
O unico imperador que tem, deveras,
O globo mundo em sua mão.

(Fernando Pessoa — "Mensagem")

Os olhos do Infante, cravados na linha pardacenta e enevoada do Ocidente, interrogam a distância, por outras terras e outras gentes. Era imperioso exorcizar a fúria das águas e os terrores do Mar Tenebroso. Esta era a missão da Escola de Sagres, medindo-se com o desconhecido, auxiliada pela experiência dos navegantes em conluio com todos os recursos disponíveis pelo saber científico do tempo. Graças aos conhecimentos proporcionados por êsse "honesto estudo, com longa experiência misturado", começaria a dominar nova representação cartográfica do mundo, em tudo oposta à representação medieval. Os terrores marítimos da idade média prendiam-se à tradição do imenso "rio-oceano" banhando por todos os lados as porções sêcas, conforme a crença divulgada por Homero. Navegar para além da costa seria perder-se irremediàvelmente por que — dizia Ibn Khaldun — "o limite do oceano não é outro, senão o próprio oceano".

Com o uso metódico da bússola, do quadrante e do astrolábio, associado à tenacidade de experimentar sempre, os mareantes do quatrocentos lograram exorcizar os ventos e as águas, represando-as e aprisionando-as no contôrno de terras que sabiam existir além. Inverte-se a imagem cartográfica da idade-média: o oceano infindo não mais abraça as terras, estas é que cercam os mares; doravante poder-se-á navegar com a certeza de sempre existir terra à frente. A nova representação cartográfica transparece perfeitamente no "Esmeraldo de situ orbis", escrito por Duarte Pacheco, ao início do século XVI:

"A terra tem augua dentro em si, o mar non cerca a terra, como Homero e outros autores disserom, mas antes a terra por sua grandeza tem cercadas e incultas todalas auguas dentro na sua concavidade e centro". Ou ainda:

"O mar oceano non cerca a terra como Homero e outros autores disserom, mas antes a terra deve cercar o mar, pois

jaz dentro na sua concavidade e centro, pelo qual concrudo que o mar oceano non é outra cousa sinon uma muito grande alagoa metida dentro na concavidade da terra".

(apud Capistrano de Abreu — "O descobrimento do Brasil" — 1929)

Somada à idéia da redondeza da terra, a nova crença sôbre a inclusão das águas preparou o âmbito para que tornassem possíveis os dois grandes périplos da época: o périplo do ocidente, singrado por Colombo, e o périplo da África, no qual se incluiria a descoberta do Brasil. O descobrimento do Brasil como um episódio do périplo africano foi a tese fecunda inaugurada por João Ribeiro, em 1900, na primeira edição de sua "História do Brasil".

II

A Carta de Pero Vaz Caminha, vazada em sóbrio estilo de medir, contar e pesar, ganha alcance histórico e cultural no senso de *espetáculo* moderadamente herdado pelo autor dos grandes cronistas portugueses, com Fernão Lopes à frente. Noticia a El-Rei D. Manuel "o achamento" da nova terra, "que se agora nesta navegação achou", registrando as circunstâncias mais notáveis do primeiro encontro com a desconhecida região e sua gente. De rara ternura são as referências aos nativos, especialmente às nativas com seus encantos naturais. O espírito de confraternização dominante no encontro entre portugueses e gentio, preludia a futura equidade no trato da metrópole com a "colonia". Abundante em interêsses de ordem geográfica, etnográfica, econômica e humanística, a Carta vem lançar luz, desde logo, sôbre um daqueles pontos que se constituem na maior fonte de controvérsias nas pesquisas historiográficas — a questão dos *inícios* e da *origem* precisa dos fatos no tempo e no espaço. Nenhuma certidão mais nítida de nascimento — e mesmo de batismo — que a Carta, onde se encontram todos os dados descritivos necessários para oficializar a gênese histórica da nova terra.

Sem embargo de todo o cabedal de informações dispensadas, a partir da própria indagação essencial quanto ao *objeto* da descoberta, o documento cabralino transforma-se em motivo de perplexidade. Com efeito, a indagação essencial dirigida à Carta é a seguinte: — em têrmos precisos, que foi o que a frota de Cabral *descobriu* a 21 de abril de 1500?

Sabemos que foi uma nova terra. Mas essa terra nova que valor concreto possuia para os portugueses do tempo: tratar-se-ia de um *nôvo Mundo?* Ou, apenas, de um *nôvo empório?*

Aí está, pois. A descoberta da chamada Terra de Vera Cruz importou na revelação de um nôvo mundo, ou de um nôvo empório? A Carta não responde a esta pergunta, ou responde de forma contraditória. Em certo trecho, a ambição de possíveis riquezas transparece claramente:

..."Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, enquanto o Capitão estava com êle, na presença de todos nós; mas ninguém o entendia, nem êle a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, *porque desejávamos saber se o havia na terra*".

Ao final da Missiva retorna o cuidado com o ouro:

..."Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos".

Entretanto, poucas linhas abaixo lemos:

"Contudo, o melhor fruto que dela (da terra) se pode tirar *parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.* E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicut (isso) bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, *acrescentamento da nossa fé!*"

Em que ficamos, pois? O documento básico de nossa historiografia fornece elementos tanto para os adeptos da cruzada conhecida como da Fé e do Império, como para os sequazes da tese utilitarista, segundo a qual portugueses e espanhóis só se interessavam por ouro e por negros. Eis aí um problema que não pode ser resolvido em base estritamente documental. Eis aí um exemplo claro e substancial de como o verdadeiro saber histórico não se constitui fundado ùnicamente na autoridade do *documento* puro e simples. A todo instante ouvimos dizer, sem mais considerações, que *história é documento;* que só o documento confere caráter irrefutável e como que experimental à pesquisa historiográfica. Desde o século XIX criou-se, assim, uma tradição de respeito quase religioso pela fôrça probatória dos documentos. E por respirarmos ainda na atmosfera do culto, sem reservas, ao prestígio

dêsses diplomas de veracidade, é que o saber histórico tarda a atingir entre nós, autêntica dignidade científica. Porque ciência não é saber de fatos. Ciência é saber de princípios, e a partir dos princípios científicos é que os fatos ganham interêsse e valor.

Para saber o que os portugueses descobriram, não nos bastam os limites e as limitações de nenhum documento. Devemos recorrer a certos princípios estranhos aos contextos documentais, sem o que, êstes últimos não se explicam. Recuando àqueles princípios nos moveremos em terreno *a priori*, é certo. Mas sucede que não há ciência sem *a priori*, pois nas linhas dêste é que se recortam os limites do objeto científico. O simples ato de chamar a um fato de "histórico" já introduz o "a priori" na massa do factício [2].

Em suma: para resolvermos sôbre o que descobriram Cabral e sua frota, deveremos nos interrogar sôbre o que *poderiam descobrir* os navegantes portugueses no concretíssimo momento de 22 de abril de 1500. Ou seja: dado o caráter do momento cultural português naquela data, descobriu-se na Terra de Vera Cruz um nôvo mundo, ou um nôvo empório?

Sabemos que a Península Ibérica foi secularmente cruzada por culturas do mais diverso naipe, desde os primitivos fenícios e cartagineses, os romanos e visigodos, até os oito séculos de domínio e influência árabe. O espírito ibérico formou-se à base de tumultuoso *pluralismo cultural*, ùltimamente simplificado, no binômio Mouros e Cristãos. Educada nos padrões dêsse mais amplo pluralismo, a história da península ibérica tem sido um vasto processo de integração, qualificada pela incorporação das mais diversas peculiaridades culturais, sem destruí-las. Internamente *pluralizados*, os portugueses e espanhóis das Navegações não poderiam menos que reconhecer nas novas terras e novas gentes por êles descobertas outros tantos núcleos de pluralismo cultural e humano. Qualquer outro povo, sem os mesmos precedentes históricos, encerrado na Mônada impermeável de sua cultura particularista, sentindo-se completo em si mesmo, seria incapaz de reconhecer històricamente mais que um nôvo empório em cada nova terra. O lusitano, *ainda que conscientemente limitado ao interêsse pelos novos empórios, estava histórica e culturalmente destinado a amanhar as novas terras para transformá-las em verdadeiros e completos mundos de cultura.*

---

(2) Vd. Ortega y Gasset, O.C., v. IV, 531

Não é verdade que a História se faz acima das disposições e das pretensões estritamente individuais?

Por certo são bem exatas as palavras de Jaime Cortesão, afiançadas pela honorabilidade de suas barbas hispânicas:

"Verdadeiramente, é na *Carta* de Caminha que alvorece o conceito do Nôvo Mundo. Do Nôvo Mundo, na sua parte mais transcendente — a humana". Assim —

"A Carta de Caminha é o auto oficial do nascimento do Brasil e do Nôvo Mundo".

("A Carta de Pero Vaz Caminha" — pág. 110, 112)

III

Na própria continuação da história do Brasil, no controvertido capítulo das Bandeiras também se oferece mais um claro e convincente exemplo de como a História não se reduz à reprodução meramente descritiva de fatos; de como o saber histórico é essencialmente interpretativo, à base de certas categorias jamais encontradas nos documentos.

De nada serve a alguns eruditos brandir documentações exumadas de nôvo, a fim de provar que as Bandeiras não foram Bandeiras e que os Bandeirantes não foram Bandeirantes. De nenhum valor, os comentários sem alcance sôbre o caráter venal e as ambições vulgares que estimulariam os nossos maiores sertanistas. Isto porque o "Bandeirante" é um modêlo *a priori* construído, precisamente para compreendermos a atuação daqueles sertanistas em sua perspectiva histórica. O *Bandeirante* não foi ninguém concretamente. Trata-se de uma categoria interpretativa, equiparável a outras tantas categorias não exauríveis por nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos; modêlos de investigação metodológica, como o "herói", o "santo", o "gênio". O mérito de semelhantes categorias não será desmentido ao sabermos que tantos heróis deram provas de pusilanimidade, ou que alguns santos demonstravam inúmeras fraquezas, ou que os gênios, algumas vêzes, se equiparam aos cretinos. Não se trata de identificar o arquétipo com nenhuma de suas expressões empíricas. César, a concretíssima figura de César, o que é. senão uma pura categoria interpretativa? *César* é e será sempre uma *personificação.* O personagem histórico César,

não obstante todos os trabalhos de pesquisa documental, jamais coincidirá com a pessoa cotidiana de César. Aí está como a História não é a réplica do cotidiano. Não porque a História deva ser idealização, mas, provàvelmente por ser o indivíduo, de uma vez para sempre, inefável. O individual só se deixa apreender, dissolvido na própria "representação". O labor reconstrutivo histórico aparenta-se diretamente com a arte, observando Dilthey ser a arte o "órgão de compreensão da vida".

A Carta de Pero Vaz Caminha, ou qualquer outro documento só nos começa a dizer algo de coerente e inteligível, quando submetida à luz de uma exegese "a priori", ao domínio de certas categorias interpretativas indispensáveis.

MAO TSÉ-TUNG, STALIN E KRUCHEV

NICOLAS BOER

UM dos mais comuns e dos mais simplistas chavões é o de certas pessoas, menos familiarizadas com a situação complexa que se observa dentro do campo outrora "monolítico" do movimento internacional comunista, qualificarem os atuais líderes chinêses como "stalinistas". Mao Tsé-tung e seus colegas provàvelmente contribuiram para a criação dessa sua imagem mundial defendendo Stalin contra os ataques que Kruchev, após a morte do seu predecessor, na vida temido e servìlmente obedecido, dirigiu contra o déspota idolatrado, cujo nome durante trinta anos dos 46 da história da União Soviética foi identificado, sem suscitar qualquer oposição digna de ser mencionada, com o próprio comunismo. Todavia, também êste chavão, como a maioria dos "clichés" simplistas, analisado à luz dos fatos, aparece como um dêsses estereótipos em que há mais êrro do que verdade.

Só através da análise das posições que o próprio Mao Tsé-tung tomou em relação a Stalin é que podemos descobrir o quanto é verdade a afirmação de que o comunismo chinês estaria se desenvolvendo nos moldes do stalinismo. Mesmo essas posições são variadas e complicadas na medida em que envolvem os pontos de vista de Mao Tsé-tung, relativos à estatura de Stalin, como revolucionário, ao seu julgamento sôbre a política chinesa de Stalin, à sua disposição de se submeter a qualquer líder estrangeiro, inclusive Stalin e enfim às analogias que eventualmente poderiam ser verificadas entre as políticas pessoais dos dois líderes. Se todos êsses aspetos forem sintetizados, reconhecer-se-á que os aspetos positivos e negativos do pensamento de Mao Tsé-tung a respeito de Stalin se contrabalançam, de forma que a imagem que se cria é equilibrada, na medida em que o carolismo comunista o permitir, traduzindo a determinação de Mao Tsé-tung de ser um líder de direito próprio e não apenas um epígono ou satélite de outro.

Mao Tsé-tung, sempre e invariàvelmente, reconheceu a grandeza de Stalin como um líder revolucionário, digno companheiro e sucessor de Lênin, muito embora tenha criticado, antes indireta, agora pùblicamente, algumas de suas ações particulares. Em seu discurso, proferido no Teatro Bolshoi

de Moscou, a 21 de dezembro de 1949, Mao saudou Stalin, como "o mestre e o amigo do povo chinês" que "deu vasta e eminente contribuição para o movimento comunista mundial". Semelhantes declarações podem ser encontradas no período da década dos anos de 30 e de 40. Os elogios alcançaram seu ponto alto no princípio intitulado "A Maior Amizade", em que Mao fêz o panegírico de Stalin para os órgãos da imprensa chinesa:

"Josef Vissarionovich Stalin, o maior gênio da nossa época, o grande mestre do movimento comunista mundial, companheiro de armas do imortal Lênin, abandonou o mundo.

"A contribuição do camarada Stalin para a nossa era através das suas atividades tanto teóricas como práticas é inestimável. O Camarada Stalin é representante dessa nossa nova era. Suas atividades levaram o povo soviético e o povo trabalhador de todos os países a transformar tôda a situação mundial, o que significa que a causa da justiça, da democracia popular e do socialismo alcançaram vitória sôbre um setor imenso no mundo...

"Agora nós perdemos nosso maior e mais sincero amigo, o Camarada Stalin. Que calamidade! Não existem palavras para exprimir a tristeza que essa desgraça nos causou...

"Glória eterna ao nome heróico do grande Stalin!" (1)

Três anos mais tarde, Stalin sistemàticamente criticado no editorial de 5 de abril de 1956, sob o título "Sôbre a experiência histórica da ditadura do proletariado", em cuja redação Mao, com certeza, tinha papel relevante. Todavia, mesmo neste texto, apesar das severas restrições em determinadas questões, a imagem que surge, em sua totalidade, não é inteiramente desfavorável. "Depois da morte de Stalin — diz o editorial — Stalin, como líder supremo do Partido e do Estado, aplicou e desenvolveu, cria doravante, o marxismo-leninismo. Na luta em defesa do legado leninista contra os seus inimigos — os trotzkistas, zinoveistas e outros agentes burgueses — Stalin exprimiu a vontade e os desejos do povo e se mostrou como um eminente lutador marxista-leninista". Mesmo assim, Stalin foi acusado de ter cometido "alguns êrros sérios", o de ter ampliado o objetivo da supressão da contra-revolução" (com outras palavras, assassinando muitos mi-

---

(1) *Hsinhua News Agency Daily News Press Release* N.º 1265, March 10, 1953, pp. 1-2

lhões de seres inocentes) e "pela falta de vigilância nas vésperas da guerra anti-fascista" (com outras palavras, confiando, implìcitamente, em Hitler). Afirma-se, no entanto, que "as obras de Stalin ainda deveriam ser estudadas sèriamente". A principal passagem do editorial, que resume, indubitàvelmente, as posições de Mao em relação a tôda a obra de Stalin, declara o seguinte: "Algumas pessoas consideram que Stalin estava errado em tudo. Isso é um grave malentendido. Stalin foi um grande marxista-leninista, mas ao mesmo tempo um marxista-leninista que cometeu muitos êrros grosseiros sem perceber que eram êrros. Nós deveríamos olhar Stalin de um ponto de vista histórico e esboçar uma análise própria e geral a fim de verificar em que tinha razão e em que estava errado e tirar disso lições úteis. Ambas as coisas, aquelas em que tinha razão e aquelas em que estava errado, foram fenômenos do movimento comunista internacional e trazem a marca da época. Considerado como um todo, o movimento comunista internacional tem pouco mais de cem anos de existência e apenas 39 anos passaram desde a vitória a Revolução de Outubro; a experiência em muitos campos da obra revolucionária é ainda inadequada. Grandes realizações foram feitas, mas há ainda falhas e êrros..." [(2)]

No mesmo mês de abril de 1956, Mao declarou a Mikoyan, que em sua opinião, os méritos de Stalin sobrepujam seus defeitos. Os comunistas chinêses, portanto, têm direito de afirmar num editorial mais recente, "Sôbre a questão de Stalin", que êles nunca concordaram com os extremos da "desestalinização", praticada por Kruchev e que "consistentemente foram da opinião de que a questão de saber como apreciar Stalin ... é a questão de como avaliar a experiência histórica... desde a morte de Lênin" [(3)]. Mao parece ser um pensador consistente e suscetível à compreensão dos condicionamentos históricos e sociais de forma que não se dispõe a admitir que os problemas da sociedade soviética dos anos de 30 possam ser analisados em função dos êrros de um só homem. (Quem não fôr comunista convicto — como é Mao Tsé-tung — naturalmente, irá tirar as últimas conseqüências, afirmando que os "êrros" — eufemismo — de Stalin foram os do próprio comunismo, com o qual o ídolo desde então demolido se identificou naquele tempo para o próprio Kruchev). Além do mais para Mao Tsé-tung, que, ao que consta não foi consultado prèviamente a respeito da campanha da "desesta-

---

(2) *Jen-min Jihn-pao,* 5 April, 1956
(3) *Peking Review* N.º 38, September 20, 1963, p. 9

linização" lançada pelo XX Congresso, para ser particularmente irritante o fato de Stalin ser postumamente esmagado por um homem que êle considera como um pigmeu em comparação com seu predecessor. E de fato, um dos temas principais do citado editorial da *Pequim Review*, é a falta de qualificação de Kruchev para criticar Stalin. Os autores chinêses — um dos quais bem pode ser o próprio Mao — por um lado realçam, como o fazem muitos observadores ocidentais que ainda não se deixaram encantar pelo "liberalismo" do nôvo czar vermelho, as responsabilidades do próprio Kruchev pelas políticas do seu predecessor que êle agora violentamente condena. Citando alguns dos discursos que Kruchev proferiu nos anos de 1937 e de 1938 e segundo os quais o Partido Comunista da União Soviética "aniquilará totalmente seu inimigos e lançará aos ventos suas cinzas, os autores perguntam:

"Em que posição se coloca Kruchev, que participou da liderança do Partido e do Estado durante o período de Stalin, quando bate em seu peito, dá socos na mesa e grita denunciando os abusos de Stalin? Na posição do cúmplice com um "assassino" ou com um "bandido"? Ou na mesma posição que um "louco" ou um "idiota"?

No mesmo tempo o citado editorial denuncia os soviéticos por exibir Kruchev — "que ainda não era comunista no tempo da Revolução de Outubro e que foi apenas um trabalhador político de categoria inferior durante a Guerra Civil" — como um "construtor ativo do Exército Vermelho" e dando-lhe todos os créditos por realizações como os foguetes cujas bases foram lançadas nos tempos de Stalin [4].

Tôdas as críticas do que os chinêses qualificam com os "excessos" de Kruchev em depreciar a obra de Stalin podem ser reduzidas a dois motivos, um dos quais é pessoal e o outro histórico. Já que Mao Tsé-tung se inclina a pensar nos russos (como aliás nos europeus em geral) nos têrmos de povos atrasados que apenas sairam das suas cavernas peludos quando os chinêses já há muito tinham criado uma alta civilização, êle considera Kruchev, em comparação consigo próprio, como um vulgar adventício, não qualificado nem pelo talento nem pelas suas realizações passadas para adotar uma atitude de insolente superioridade em relação com uma figura, como é Stalin. Há, nisso, indiscutìvelmente, também um conflito

---

(4) *Peking Review* N.º 38, September 20, 1963

entre gerações, pois, muito embora os dois líderes, biològicamente falando, tenham virtualmente a mesma idade, Mao Tsé-tung, uma geração antes que Kruchev, alcançou a estatura de uma figura mundial do movimento comunista. Durante os anos que se seguiram a 1949, êle lidou com Stalin, pelo menos teòricamente, em pé de igualdade, embora reconhecendo de fato sua submissão ao todo poderoso czar vermelho de tôdas as Rússias. Compreende-se, nestas condições, a sua indignação ao observar as malícias de um adventício intruso nas altas esferas do poder, que esquecendo sua antiga qualidade de peão promove agora uma campanha de difamação contra quem foi o rei no tabuleiro internacional comunista.

Entretanto, mesmo se Mao tivesse maior respeito pessoal por Kruchev do que realmente lhe tributa, certamente teria fortes objeções contra a "desestalinização" por motivos históricos. Seu argumento — e há nêle uma boa senão irrefutável dose de verdade e de lógica — é que Kruchev não tem direito de beneficiar-se da posição de poder econômico e político, construído pelo terror desapiedado de Stalin e ao mesmo tempo renegar sua solidariedade com uma política e com um passado, pelo qual assumiu graves responsabilidades pessoais. Êste argumento, que em 1956 repercutiu amplamente no Ocidente, mais tarde tendeu a perder fôrça no lado de cá das cortinas — pois o Ocidente se dispôs, gradativamente, a esquecer os processos pelos quais o poder soviético foi criado e o próprio Kruchev dêle se apoderou — na medida em que se reconheceu o uso mais liberal dêsse mesmo poder pelo sucessor do ídolo demolido. Entrementes, à medida que cresceu no Ocidente a popularidade de Kruchev, aumentou a indignação de Mao Tsé-tung cada vez menos disposto a esquecer o passado.

Trata-se de uma imagem matizada de Stalin no mundo de pensamento de Mao Tsé-tung, que o reconhece como um grande revolucionário leninista, que indiscutìvelmente cometeu êrros, mas cujos méritos são maiores do que os defeitos.

Entre êsses defeitos, aos olhos de Mao-Tsé-tung, os mais flagrantes são os que se relacionam com a revolução comunista na China. Trata-se de fatos bastante conhecidos, que, por isso, neste contexto, não necessitam de ser pormenorizados. São a confiança cega que Stalin depositou em Chang Cai-shec em 1926 e em 1927 até o momento que o ditador chinês virou contra os soviéticos e esmagou os seus partidários; o sacrifício fútil da "comuna de Cantão" de dezembro

de 1927 quando milhares de revolucionários chinêses perderam a vida na tentativa vã de apoiar os pontos de vista de Stalin, envolvido, então, na luta contra sua oposição trotzkista; a linha sectária nos primeiros anos da década de 30; o ceticismo de Stalin, nos anos de 1947 e 1948, a respeito da capacidade dos comunistas chinêses de alcançar a vitória revolucionária em todo o território chinês e suas conseqüentes recomendações no sentido de estipular um compromisso de última hora com o Kuomintang. Neste contexto a imagem de Stalin que surge nos escritos de Mao Tsé-tung não é tão consistente como aquela que exibe a figura revolucionária de que foi chamado, em vida, "Homem de Aço". Acontece, porém, que nenhum texto, anterior a 1956, atribui a responsabilidade pelos êrros dessas políticas ao líder soviéticos; a culpa é jogada sôbre os comunistas chinêses que executaram a política de Stalin, enquanto a "sabedoria sublime" de Stalin é exaltada como a depositária de tôdas as vitórias [(5)].

É o editorial de 5 de abril de 1956 que contém a primeira alusão às responsabilidades de Stalin pelas falências da revolução chinesa. Stalin — informa o editorial — "aplicou uma fórmula, segundo a qual, nos diferentes períodos revolucionários, o principal ataque deveria ter por objetivo o isolamento das fôrças político-sociais do centro". (Com outras palavras, segundo Mao Tsé-tung, para Stalin a democracia e o socialismo democrático representaram maior perigo do que o reacionarismo extremado. Além das suas conseqüências para a China, essa concepção contribuiu para que Hitler tomasse o poder na Alemanha e a explosão da Segunda Guerra Mundial encontrasse Stalin em aliança com o "Fuehrer" da Alemanha nacional-socialista). Segundo o editorial, essa fórmula pode ser acertada em determinadas circunstâncias e errada em outras:

"A nossa experiência nos ensina que o principal ataque da revolução deve ser dirigida contra o inimigo principal, a fim de isolá-lo, enquanto em relação com as fôrças do centro devem ser aplicadas, alternadamente, as políticas da aliança e da luta... e devem ser desenvolvidos esforços para obrigá-los a abandonar suas posições de neutralidade e a estabelecer uma aliança conosco... Mas houve um tempo — os dez anos da guerra civil de 1927 a 1936 — quando alguns dos nossos camaradas aplicaram rudemente essa fórmula de Stalin à revolução da China concentrando seus ataques contra as

(5) *The Greatest Friendship*, op. cit.

fôrças do centro...; o resultado foi que ao invés de isolar o inimigo, nós isolamos a nós mesmos..." (6)

Mesmo neste texto, não se encontra um criticismo explícito da liderança de Stalin na revolução chinesa; afirma-se tão sòmente que certos camaradas chineses aplicaram erradamente os ensinamentos de Stalin, num espírito dogmático, muito embora conste claramente do contexto que também Stalin é tido como responsável. Sòmente nos mais recentes pronunciamentos é que os comunistas chinêses abordaram essa questão com total franqueza:

"Defendendo Stalin, não defendemos seus êrros. Há muito tempo que os comunistas chinêses tiveram experiência própria e de primeira mão de alguns dos seus êrros. Algumas das linhas oportunistas do êrro "esquerdista" e "direitista" surgiram sob a influência de certos êrros de Stalin, no que diz respeito às suas fontes internacionais. Nos últimos anos da década de 20, durante a década de 30, nos primórdios e nos meados da década de 40, os marxistas-leninistas chinêses, representados pelos camaradas Mao Tsé-tung e Liu Shao-chi resistiram à influência dos êrros de Stalin... e finalmente conduziram a revolução chinesa à vitória.

"Todavia, visto que algumas das idéias erradas de Stalin foram aceitas e aplicadas por certos camaradas chinêses, nós chinêses devemos partilhar a responsabilidade. Em sua luta contra o oportunismo da "Esquerda" e da "Direita" (os têrmos referem-se às diversas correntes dentro do comunismo — Autor), portanto, nosso partido criticou apenas seus camaradas errados e nunca atribuiu a culpa a Stalin..." (7)

Não há a menor dúvida de que Mao Tsé-tung sempre tinha a consciência de que êle sabia muito melhor do que Stalin — de Kruchev nem se fale — como se faz uma revolução na China. É mais que certo, que, abstraindo-se do acêrto ou do êrro dos pontos de vista de Stalin, Mao estava sempre firmemente resolvido a permanecer dono da sua própria casa e nunca se mostrou inclinado a se submeter, permanente e incondicionalmente, aos ditames de Moscou não obstante os compromissos que fôra obrigado a assumir a fim de manter sua posição de liderança do Partido Comunista e,

---

(6) *The Political Thought of Mao Tse-tung* by Stuart R. Schram, New York, Frederick A. Praeger, 1963, text X I

(7) *Peking Review* N.º 38 September 20, 1963, p. 10

depois de 1949, de obter assistência econômica e militar da União Soviética.

Já fizemos uma referência ao senso histórico de Mao Tsé-tung convencido da grandeza do povo chinês, superior a todos os outros. Neste contexto não pretenderiamos ocupar--nos, em pormenores, com êstes impulsos nacionalistas do seu caráter, que certamente constituem um dos motivos poderosos da atual rivalidade entre chinêses e soviéticos pela liderança do comunismo internacional. No momento interessa--nos a questão mais específica da independência da revolução chinesa de Moscou. A respeito temos a declaração incisiva que Mao Tsé-tung fêz ainda em 1936 a Edgar Snow. A pergunta de Snow que quis saber se, após a vitória da revolução chinesa ocorreria certa fusão dos governos chinês e soviético, Mao Tsé-tung deu a seguinte resposta brutal: "Certamente não lutamos por uma China emancipada a fim de entregar o nosso país a Moscou". E acrescentou: "O partido comunista chinês falará pela nação inteira. Êle não pode falar pelo povo russo, nem governar no interêsse da Terceira Internacional, mas exclusivamente, no interêsse das massas chinesas. Só quando os interêsses das massas chinesas coincidirem com os interêsses das massas russas,, poder-se-á dizer que "obedeceremos à vontade de Moscou..." (8)

No tempo da entrevista, tal declaração poderia criar a impressão de uma propaganda feita a um jornalista ocidental com o intuito de demonstrar que o partido comunista chinês é um partido patriótico interessado ùnicamente na promoção do bem-estar do povo. Desde então, porém, Kruchev poderia aprender à própria custa que Mao Tsé-tung realmente pensava o que dizia.

Mas há uma outra interessante indicação de que desde as origens do movimento comunista chinês, Mao Tsé-tung alimentava propósitos de independência de Moscou. Seu discurso proferido no mês de maio de 1943 a propósito da dissolução do Comintern, explicou as razões dessa medida, aprovando-as. Deu ênfase particular à verificação de que a situação interna dos vários países do mundo se tornara tão complicada e estava submetida a mudanças tão rápidas que não era mais possível que um "centro internacional" dirigisse tudo de uma distância tão grande. Mao, porém, acrescentou, significativamente, que desde o VII Congresso da Internacio-

---

(8) Entrevista de 23 de julho, 1936. Text in *The Political thought of Mao Tse-tung,* Text X A

nal de 1935, o Comintern não mais interferiu no assuntos internos do partido chinês. E "apesar disso, o partido comunista chinês trabalhou muito bem durante tôda a guerra anti-japonesa de Libertação Nacional" (9). Se, portanto, Mao não apreciou as intervenções de Stalin nos assuntos internos do partido comunista chinês, tendo sido pelo menos teòricamente satisfeito por ter se livrado dela, é imaginável que experimente ainda maior impaciência diante de semelhantes tentativas de Nikita Kruchev. Num editorial publicado no mês de fevereiro de 1963, em que se atacou o líder comunista francês Maurice Thorez, afirma-se o seguinte: "Se Thorez e outros camaradas estão contentes com aceitar os pontos de vista e as resoluções de um outro partido, isto constitui o seu próprio negócio. Quanto ao partido comunista chinês, nós sempre fomos da opinião que os únicos princípios comuns de ação são os impostos pelo marxismo-leninismo obrigatório para nós e para todos os outros partidos fraternais, bem como os documentos comuns aceitos unanimemente por todos os partidos fraternais, não porém, as resoluções do congresso de um dos partidos fraternais ou qualquer outra coisa". O editorialista (provàvelmente um grupo de ideólogos dos quais um podia ser o próprio Mao Tsé-tung) chega a atacar a "volta de 180 graus" de Thorez obedecendo a uma indicação do "bastão" (òbviamente de Kruchev). Concluiu o editorial com as seguintes palavras significativas: "Fazer uma volta dessa maneira e obedecer ao bastão tão incondicionalmente, certamente não poderia ser considerado como um sinal de relação normal de independência e de igualdade que deveria existir entre os partidos fraternais, muito mais uma relação, anormal, feudal, patriarcal" (10).

No mês de setembro de 1963, uma série de editoriais se encarregou de denunciar sistemàticamente, as tentativas soviéticas de dominar os partidos fraternais em detrimento da independência e da igualdade de todos os partidos fraternais. O mais absoluto repúdio que Mao Tsé-tung devota a qualquer forma de submissão é contido no seguinte trecho:

"Não é a China muito pobre a atrasada? Sim, ela é. Os líderes soviéticos perguntam, como os chinêses poderiam ser qualificados para produzir armas nucleares quando êles co-

---

(9) *The Political thought of Mao-Tse-tung,* Text X C

(10) *Whence the differences?* A reply to Thorez and other comrades. Peking, *Foreign Language Press,* 1963, pp. 5-6 and 30-31

mem sopa aquosa de uma bacia comum e não têm nem mesmo calças para trajar?

"Os líderes soviéticos estão talvez exageradamente apressados em ridicularizar a China por causa do seu atraso. Êles podem ou não estar com razão. Mas em todo o caso, mesmo se o povo chinês fôsse incapaz de produzir uma bomba atômica nos próximos cem anos, não se deixará dirigir pelo bastão soviético, nem se curvará diante da chantagem nuclear dos Estados Unidos" (11).

Todos êsses textos são de molde a convencer-nos de que os líderes chinêses estão inclinados a rejeitar qualquer forma de tutela soviética e preferem antes aceitar qualquer sacrifício do que ceder diante das pressões econômicas dos soviéticos. É uma observação válida para o presente período histórico.

Há, no entanto, um quarto problema a esclarecer. O problema muito mais complicado da ascendência do exemplo de Stalin sôbre a evolução da política interna do comunismo chinês. Deixa certamente perplexos os observadores o fato de os líderes chinêses, acusados de stalinismo em muitos círculos, serem chamados de trotzkistas pela imprensa soviética. As duas acusações parecem ser contraditórias. E de fato, não levando em consideração o antagonismo pessoal entre os dois líderes revolucionários russos, nada parece ser mais antitético do que o comunismo burocrático de Stalin e o extremismo doutrinário de Trotzki. Há, no entanto, a plataforma comum aos dois revolucionários de estilo antigo, que tiveram igualmente a consciência da sua missão de transformar o mundo ainda em sua vida, muito embora tenham tido diversas concepções sôbre os métodos da execução da sua tarefa missionária. Essa fé na missão revolucionária é que estabelece parentescos entre os comunistas chinêses e os dois líderes russos, Stalin e Trotzki. Há quem diga que os futuros historiadores do comunismo qualificarão Lênin, Trotzki, Stalin e Mao Tsé-tung como pertencendo ao mesmo período revolucionário, não obstante as enormes diferenças que caracterizam seu pensamento e seu estilo. Na questão concreta que nos interessa no momento poder-se-ia dizer que os líderes chinêses são ecléticos na medida em que devem alguma coisa a Stalin, alguma coisa a Trotzki, muita coisa

---

(11) Declaração de 1.º de Setembro de 1963, *Peking Review* N.º 36, September 6, 1963, p. 9

a Lênin, além do que é tìpicamente chinês em seu pensamento e comportamento.

Suas concepções básicas, sobretudo as que dizem respeito aos princípios da organização derivam de Lênin. Uma delas é a idéia de um partido pequeno apresentando-se como a "vanguarda do proletariado", que, porém, pode tomar conta de um país no período inicial do seu desenvolvimento e dirigir seu progresso através das fases tanto da revolução "burguesa-democrática" quanto a "socialista". Outra é a doutrina do "centralismo democrático", que, na prática, significa que o centro da liderança decide mas que estuda cuidadosamente as reações das bases a fim de poder manejá-las antes que o descontentamento assuma formas organizadas. E enfim, as técnicas da organização do partido e do Estado, são também bàsicamente leninistas.

Por outro lado, é a tendência ao extremismo revolucionário que encontrou sua expressão no período do programa do "grande salto para frente" e na teoria da "permanente" ou "ininterrupta" revolução, que constitui o laço de parentesco entre os comunistas chinêses e Trotzki. Começando com o discurso de Liu Shao-chi de maio de 1958, o têrmo anteriormente aplicado para a teoria de Trotzki (pu-tuan ko-ming), foi reavivado e usado para designar a linha oficial chinesa. Houve, além disso, semelhanças inclusive no que diz respeito ao conteúdo das duas teorias, sobretudo pela aceitação pelos chinêses da tese, originalmente de Trotzki, segundo a qual as fases intermediárias "burguesa-democrática" e "socialista" da revolução poderiam ser eliminadas passando diretamente à "construção da sociedade comunista". Tudo isso, porém, não impediu os chinêses denunciarem em têrmos emprestados ao léxico stalinista os desvios e as traições de Trotzki. Na realidade, porém, os chinêses, quanto ao radicalismo ultrapassam o próprio Trotzki, pois enquanto o profeta solitário previa uma "revolução permanente" só para o período de transição do capitalismo para o comunismo, os chinêses afirmaram nos anos de 1958 e de 1959, que haverá revoluções ininterruptas relativas ao homem, à sociedade e à tecnologia mesmo após ter sido realizado integralmente o comunismo. Embora a teoria da "revolução permanente" tenha sido mitigada durante as desilusões de 1960 e 1961, nunca foi oficialmente desautorizada.

Outras são as relações dos líderes chinêses e particularmente de Mao Tsé-tung com Stalin, pois todos êles apreenderam o marxismo-leninismo durante a era de Stalin e de fontes

soviéticas publicadas naquela era e traduzidas para o chinês. Dessa maneira quase imperceptìvelmente assimilaram certas idéias e têrmos característicos, notadamente o da "frente única", conforme foram desenvolvidos por Stalin e pelo Comintern nos anos de 20, durante o período das "frentes populares" nos fins da década de 30. Mesmo assim, embora a linguagem de MaoTsé-tung em certa medida seja a mesma de Stalin, a substância do seu pensamento sobretudo no que diz respeito às alianças com a burguesia é mais próxima da de Lênin que da de Stalin, na medida em que durante os anos de 30 e de 40 êle resistiu contra a subordinação completa do partido comunista chinês ao Kuomintang, a qual foi aceita por Stalin a fim de assegurar a paz nas fronteiras ocidentais do Estado Soviético.

Os comunistas chinêses são chamados de stalinistas não apenas porque defendem a memória do ídolo contra o seu demolidor, mas também por causa da razão do seu próprio regime totalitário, moldado segundo os padrões do rigor stalinista. A final, o comunismo chinês sob Mao Tsé-tung se encontra na mesma fase da construção das "infraestruturas" de esforços faraónicos que era típica do comunismo soviético da era de Stalin. O nome de Stalin, portanto, transformou-se num símbolo para a atual liderança chinesa. Visto que a atual liderança chinesa é da opinião de que o marxismo-leninismo só pode ser construido segundo as formas stalinistas, entrevê na "desestalinização" de Kruchev a própria traição de Lênin que esgota todos os critérios de "revisionismo", desvio imperdoável no caso de um comunista ortodoxo. Neste ponto os comentários chinêses são claramente explícitos. O editorial, "Sôbre a questão de Stalin" diz que o objetivo de Kruchev é de "manchar o partido proletário, a ditadura do proletariado e o sistema socialista sob o pretexto da luta contra o culto da personalidade" e o de "pavimentar o caminho dos revisionistas que pretende usurpar a liderança do partido e do Estado" (12). Neste contexto pouco importa saber até que ponto Mao Tsé-tung tem razão objetivamente, qualificando como revisionismo as posições de Kruchev, sobretudo nas questões da inevitabilidade da guerra com os países capitalistas e das formas de transição do capitalismo para o socialismo. Nem pretendemos entrar no terreno escorregadio das hipóteses e especulações a respeito da revisão da doutrina à qual o próprio Lênin procederia se tivesse de definir a

(12) *Chinese and leninist components in the personality of Mao Tse-tung, Asian Survey* Vol. III, N.º 6, June 1963, pp. 259-273

ortodoxia comunista na era de Kruchev. Certo é que Mao Tsé-tung, ignorando o prisma particular através do qual a União Soviética, condicionada ao presente "status" da sua evolução, encara sua tarefa comunista em seu próprio país e no mundo, não é capaz de justificar o que êle qualifica como falsificação e traição devassa do marxismo-leninismo--stalinismo por parte de Kruchev, senão pela covardia pura e pelo desejo conformista dos atuais líderes russos de viver uma vida confortável, esquecida dos deveres em relação com os camaradas menos privilegiados.

A disciplina totalitária férrea, ora em vigor na China comunista, não pode ser caracterizada como típica e exclusivamente stalinista. É tão stalinista quanto leninista e ao mesmo tempo seguindo a linha das tradições imperiais chinesas. Hung Hsiu-chaun e Chin-shih Huang-ti também entenderam controlar a opinião da população. Sabe-se, que Lênin, embora no fim da sua vida tenha dado sinais de preocupação diante do monstro totalitário que criou, nunca confiou na ação espontânea das massas ou no govêrno autodeterminado dos trabalhadores, muito pelo contrário, exigiu que a consciência de classe dos operários fôsse formada e dirigida por uma "elite" partidária e fôsse estabelecida a absoluta hegemonia do partido sôbre os sindicatos e seu domínio absoluto em todos os setôres da atividade política e social. Se hoje o sistema de contrôle que o partido comunista chinês exerce ultrapassa as medidas, que um Lênin eventualmente poderia considerar como desejáveis, êste fato não se funda exclusivamente na imitação propositada da tirania burocrática introduzida por Stalin, mas também na intolerância de líderes formados nas guerrilhas e em certos hábitos válidos nos tempos imperiais. Mao Tsé-tung, portanto, é stalinista em sua política interna só em comparação com Kruchev. Na realidade êle está em vias de criar um nôvo tipo do regime totalitário — e nenhuma espécie de comunismo em nenhuma fase da sua evolução poderá sobreviver sem a adoção do regime totalitário — que se explica pela interação entre seu próprio temperamento, os conceitos básicos ensinados e aplicados por Lênin e certas condições contemporâneas e certas tradições imemoriais da vida chinesa. O litígio atual entre a União Soviética e a China vermelha, portanto, assinala a existência de duas feições — diferentes quanto à fase e ao contexto geográfico-humano da sua evolução — do mesmo comunismo.

Essa é a conclusão que os documentos e as ponderações apresentadas pela revista de Hong Kong, editada por especialistas em assuntos do comunismo chinês (*Current Scene*, Developments in Mainland China, November 1, 1963, Vol. II, N.º 23) nos levam a tirar. Essa é também a razão porque insistimos em que, no nosso caso, seria inútil, contraproducente e perigoso atribuir exagerada importância às divergências ideológicas, políticas e eventualmente territoriais entre a União Soviética e a China Comunista, as quais, indubitàvelmente, são de molde a modificar, até certo grau, as relações de poder dentro do império sino-soviético e do movimento internacional comunista, mas que nos continentes asiático, africano e latino-americano, considerados tanto por Kruchev quanto por Mao Tsé-tung os principais alvos da expansão do imperialismo comunista, graças à rivalidade que criam entre os partidários das duas principais feições da conquista totalitária, ao invés de paralisar, dinamizam a ação subversiva e revolucionária dos que, não obstante suas divergências relativas à metologia tática e às perspectivas em que encaram a situação mundial, se confessem igualmente fiéis à fé prosélita do marxismo-leninismo.

E qualquer país que se tornar comunista, independentemente da feição — soviética, chinesa, iugoslava ou cubana — do comunismo que o conquistar, será, forçosamente, reduzido à estaca zero, devendo começar a "contrução do socialismo" a partir do ponto em que a União Soviética estava em 1917, os países satélites em 1945, a China vermelha em 1949 e Cuba em 1959. Todos êles terão de passar, inevitàvelmente, pela fase stalinista da sua evolução comunista. É Mao Tsé-tung que o ensina.

TENTATIVA DE UMA PEQUENA HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL

PEDRO CAMINADA MANUEL-GISMONDI

Com êste trabalho procuro apresentar um roteiro das maiores realizações artísticas brasileiras, esperando que ulteriores estudos e pesquisas, assim como as observações e comentários dos entendidos me ajudem a levar a têrmo uma tarefa amplamente dificultada pela falta de bibliografia.

A R T E N O B R A S I L

PERÍODO COLONIAL

PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES

ARTÌSTICAMENTE como polìticamente somos filhos de Portugal. Nossa cultura foi um galho da árvore lusitana, que medrou raízes e conquistou, individualidade própria, através do tempo e das gerações.

Contràriamente ao que se deu com as colônias espanholas do México e do Perú, os portugueses no Brasil não encontraram civilizações organizadas e maduras, que iriam interferir na vida dos colonos. Pequena foi a contribuição cultural do índio na comunidade brasileira, e mínima a influência artística, por ser limitada sua produção anterior. A plumária, o trançado e a cerâmica eram suas expressões plásticas, e trançado e cerâmica passaram a fazer parte de nossas manifestações populares não atingindo a arte erudita, porque excessiva era a diferença cultural. Destas antigas criações indígenas restam poucas estações arqueológicas localizadas com preferência na Amazônia e na ilha de Marajó. Mas estas culturas, embora campo de estudo, quase em nada participaram da formação de nossa arte, sendo que muitas delas já eram apagadas quando os portuguêses cá chegaram.

Mais do que os índios, o meio, criando diferentes condições de vida, foi, através dos séculos, fator de diferenciação. Mesmo do negro pouco herdámos. Seu inegável pendor plástico, externado em numerosos fetiches, não provocou grandes levas de escultores, embora fossem mulatos nossos grandes

estatuários. Mas se o sangue surtiu efeitos, o mesmo não pode ser dito se procurarmos alguma aculturação.

Merecendo os cuidados do govêrno da metrópole, sòmente meio século após a descoberta, entregues numa primeira época à indústria extrativa, muito tempo passou antes de conhecermos vida civil e organizada.

Pode a poesia, como criação livre de espírito, medrar em qualquer nível de civilização, mas quanto mais esta fôr primitiva, mais individual será seu sentido. O poeta, ao se utilizar de palavras, côres ou formas, é um milagre que organização e economia não explicam, mas nem sempre a arte é feita de poesia livre e inovadora. Quando o poeta, o artista genial aparece numa época de prodigiosa cultura e elan vital, numa sociedade em efervescência, temos um Masaccio — um Giorgione — um Goya — um Van Gogh. Normalmente, porém, grande parte dos artistas representam o meio e a cultura que os gerou, são expoentes de uma situação, mais do que criadores de um mundo. E quase tôda a arte colonial no Brasil foi fruto da cultura, de uma cultura que, apesar de ser substancialmente portuguêsa, permaneceu verde, quase até à independência, pelas dificuldades encontradas na transplantação. E quando estava encontrando sua expressão original foi abafada pela vinda da Missão Artística Francesa, enxêrto de erudição alienígena.

Sòmente os padres, entre os europeus que procuravam nossas costas, tinham outros interêsses que não os econômicos. Portuguêses e mamelucos entregavam-se completamente à exploração da terra desejosos apenas de polpudas rendas. Tornaram-se portanto as igrejas centros espirituais e culturais. Os conventos foram as únicas escolas da colônia.

Durante todo o século XVI são raríssimas as construções em pedra ou alvenaria, mesmo as religiosas, sendo que nada de importante chegou até nós.

Mas não sòmente a construção é pobremente utilitária. Na própria Bahia, foi necessário esperar a chegada do governador Francisco Barreto de Menezes, em 1657, para que a Casa da Câmara fôsse constituída com algumas pretensões arquitetônicas, e sòmente em 1663 foi iniciada a residência do governador em conjunto com os escritórios.

A arte colonial brasileira é eminentemente arte religiosa, e particularmente arte do período barroco. Quando a Terra de Santa Cruz inicia a ser colonizada de verdade, o renasci-

mento é já maduro, o maneirismo já deu muitos frutos e algumas expressões barrocas, embora isoladamente, já estão consagradas. Sendo arte religiosa, se concretiza na igreja e reproduz uma condição, não mais existente na Europa. No templo se congregam tôdas as artes numa síntese harmônica cuja direção cabe à arquitetura. No velho mundo, com as encomendas dos particulares, os pintores não mais trabalham para uma arquitetura, mas se preocupam em realizar um mundo próprio, livre de pauta, e muitas vêzes contrariam quem encomenda o quadro. Tomaram a dianteira e dirigem arquitetos e escultores. Naturalmente a liberdade não é tão grande assim, os tetos das igrejas e as decorações dos palácios são ainda parte importante na produção do artista. Mas a a tela destinada ao amador vai ganhando terreno. Já existe o o quadro de cavalete.

No Brasil, pelo contrário, a arte é tôda em função da igreja, da arquitetura. Talha, pintura e estatuária se entrosam com ela.

Luiz Dias e Francisco Dias, os primeiros artistas dos quais se tem notícias são arquitetos (o segundo ligado ao convento dos jesuítas).

Frei Francisco dos Santos, franciscano, é o autor do risco de numerosos conventos desta Ordem a partir do de Olinda, passando pelos de Paraíba e Rio, das igrejas dêstes conventos conserva porém o aspeto original.

A EXCEÇÃO HOLANDESA

Houve, contudo, uma exceção a quanto dissemos, no primeiro meado do XVII século, relacionada com a ocupação holandesa de Pernambuco e a vinda de Nassau. Sendo êle protestante, durante seu govêrno a igreja católica não concentrou a vida social; mas o próprio govêrno civil, na pessoa do conde Maurício, fomentou as artes.

Peter Post, do qual não sabemos ao certo se estêve em Pernambuco, autor do risco do famoso palácio Mauritius, em Haia, residência de Nassau, e atualmente Museu, projetou os palácios de Friburgo ou Retiro, e Bela Vista. O Paço de Friburgo com duas altas tôrres laterais de seis andares, localizado na ilha de Santo Antônio, surgia das águas, possuindo às costas um grande jardim botânico. Neste lugar residiu dois anos apenas o conde Maurício e aí trabalharam os pintores por êle trazidos da pátria junto com artistas e humanistas.

Entre êstes artistas Franz Post foi o mais completo.

Natural de Leide, onde naceu, em 1612, veio para o Brasil, por ser irmão de Peter, arquiteto do Conde, e não por ter grande fama, porque desembarcou com apenas 25 anos, em 1637. Pertencendo a uma escola realista, pintou o que via conseguindo interpretar com originalidade a natureza que admirava emocionado. Nas suas telas predominam paisagens rurais com raras edificações, a cidade ao longe e poucos homens. Mestre na perspectiva aérea, tão do aprêço de seus conterrâneos, descortinava em pequenas telas grandes panoramas tratados com pinceladas minuciosas e côres bem trabalhadas. Voltando em 1644 para a Holanda foi morar em Harlem, centro humanístico de grande importância, onde privou da amizade de Franz Hals,, que o retratou. Continuou a pintar paisagens brasileiras durante tôda a vida, mas as pintadas de memória não possuem a mesma vibração das executadas no Brasil.

Bem menor é a importância dos outros dois artistas que aqui estiveram e dos quais conhecemos o nome. Albert Eckhout pintou com excessiva minúcia negros e índios, enquanto Zacaris Wagner retratou a fauna. (Dêstes artistas holandeses encontram-se obras espalhadas em várias cidades da Europa e parte dos trabalhos andaram perdidos com o incêndio do Mauritius).

A exceção holandesa de Pernambuco não deitou raízes, permaneceu exemplo isolado, completamente desligado do complexo brasileiro. Quando Portugal volta a Pernambuco sòmente o sobrado, a moradia doméstica, revelará alguma alteração, quanto ao mais foi como um furo nágua.

PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DO SÉCULO XVII

De uma maneira geral o templo na época colonial passa por certas modificações, comuns à madre pátria, que porém o vão gradativamente diferenciando. Após as "igrejas de palha" com paredes de barro e cobertas de vegetais, gradativamente são introduzidas construções em pedra que atingem o monumental com a atual Catedral da Bahia, antigo Convento dos Jesuítas, Nesta igreja já se encontram todos os elementos próprios à solução brasileira *do partido que os jesuitas preferiram no mundo latino.* A planta reproduz, com pequenas alterações, a interpretação dada por Afonso Álvares, à planta central do Gesú de Roma, na igreja de São Roque,

em Lisboa. (Nesta última as capelas laterais intercomunicantes têm menor profundidade, ao mesmo tempo que devido à ausência de transepto não se registra aquele amplo espaço que êste produz no Gesú cruzando-se com a nave. Espaço amplo e retangular onde pousa a cúpula, também ausente em São Roque). Menor profundidade das capelas laterais, falta de transepto e conseqüentemente de cúpula, no templo lisboeta, são as principais diferenças. O frontispício é uma composição maneirista híbrida, onde se adicionam as volutas laterais ao tímpano, da fachada do Gesú de Giacomo della Porta, e a composição estática e rebuscada, ladeada por tôrres, da de São Vicente de Fora, em Lisboa, realizada por Terzi.

As tôrres são encimadas por pirâmides, reminiscência românica.

Êste será o padrão ao qual obedecerá a maior parte das igrejas na colônia. Admitidas poucas alterações e consideradas raras exceções, a metamorfose segue um caminho geral com pequenas alterações regionais.

À solução arquitetônica é aplicada a talha que completando-a, com ela se integra. Não sempre porém uma segue à outra com justo rítmo, falta de meios ou problemas jurídicos e sociais atrasam a decoração que termina por ser realizada sob influência de gostos novos, às vêzes não perfeitamente integrados com a arquitetura anterior nem sempre em harmonia com o já feito.

Também a pintura colabora com a talha para participar do conjunto. E a mesma forma dos quadros, o mais das vêzes, é sugerida por exigências do conjunto. Devido a limitações óbvias, num trabalho dêste tipo não citaremos templo por templo e artista por artista, mas seguiremos o caminho geral da arquitetura, indicando as igrejas típicas ou originais e mencionando os artistas que além de nominalmente conhecidos foram autores de obras dignas de maior atenção. Não podemos no entanto prosseguir na descrição geral da evolução sofrida pela igreja no Brasil, sem citarmos FREI AGOSTINHO DA PIEDADE († Bahia 2-4-1661). personalidade artística há pouco descoberta por Dom Clemente da Silva Nigra. Grande modelador, o frei realizou considerável número de esculturas em cerâmica, que chegaram até nós e das quais Dom Clemente provou a autoria reunindo-as no Museu de Arte Sacra da Bahia.

Entre êstes trabalhos se distinguem: pelo valor expressivo e por um certo nervosismo de formas, o "São Pedro Arrepen-

dido", epelas massas bem equilibradas e calmas "N. Senhora de Mont Serrat" realizada para o Mosteiro de São Bento, em São Paulo, no ano de 1638.

SÉCULO XVIII

A partir das primeira décadas do século XVIII se tornam mais numerosos os conventos, e posteriormente também as matrizes, especialmente no norte, construídas com materiais estáveis e fito monumental. Tímpano triangular sustentado por colunas, volutas laterais, tôrres dominadas por pirâmides, 3 ou 4 portas alinhadas com as janelas do segundo andar, são as características do frontispício desta época. A nave única é quase constantemente ladeada por capelas, comunicantes, e a sacristia localizada atrás da capela mór, e incluída, com o restante, dentro de um retângulo.

Nos primeiros anos do século XVIII, antes em Pernambuco e depois na Bahia, aparecem modificações no frontão e nas tôrres.

Observando o frontispício do antigo colégio dos jesuitas reparamos que contràriamente a Santa Tereza, na Bahia, possue três e não duas ordens, sendo que tímpano e volutas ocupam apenas o campo central da igreja deixando espaço para as tôres. Em outras palavras estas volutas que no Gesú e Santa Tereza (igrejas sem tôrres), ocupam a inteira extensão da fachada e servem para ligar o segundo andar (menor) ao térreo (maior); no antigo convento dos jesuitas ocupam apenas a parte central.

No convento de São Francisco de Salvador, o pequeno tímpano não é mais triangular, mas revela ondulações que o fundem com as volutas laterais. Resta assim um retângulo dentro do frontão, mas as empenas já são tôdas agitadas. Agitação que tende a aumentar, sendo que em Pernambuco também a cornija deixa a linha reta para, numa ou mais ondulações, fundir-se mais ìntimamente com o frontão (Terceiros do Carmo e Matriz de Santo Antônio, Recife). Na Bahia isto acontece muito raramente.

A pirâmide que se torna mais esbelta é substituída pela "bulbosa", tornando-se sinuosos todos os limites superiores das igrejas. Em Pernambuco, porém, como em umitas igrejas portuguesas, aparece em redor da "bulbosa" uma pequena balaustrada, reminiscência árabe.

Em tôdas estas soluções estamos sempre muito perto de Portugal. Para encontrar algo de original teremos que deixar a costa e ir para as terras novas, onde os bandeirantes paulistas, no início do século encontraram o ouro. É em Minas, a partir da quarta década que uma elaboração espontânea leva a diferente solução de frontispício e planta.

Partindo da capela portuguesa, lembrança alterada da cúria romana, as igrejas chegam a uma forma um tanto diferente.

A capela possuia uma única porta central, duas janelas sôbre a arquitrave, simètricamente colocadas, e por fim, no centro do frontão um óculo. São distribuídas assim quatro zonas de sombras que se encontram nos vértices de um losango imaginário. Dentro, os altares são colocados contra a parede, correspondendo a nave a uma ampla sala. Quando foram construídas as primeiras igrejas a nave se ampliou em comprimento, largura e altura, ao lado foram construídas duas galerias que comunicavam com a sacristia. O frontispício se transformou no campo central. Mais tarde as galerias são abolidas, as tôrres sobressairão do campo da igreja, de quadradas se transformarão em redondas, as janelas da tôrre não mais alinhadas com as do côro, tornar-se-ão espiadeiras. O eixo das tôrres será diagonal em relação à nave mais perpendicular, a mesma parede do frontispício será ondulada; a parede lateral da nave encontrará a do arco cruzeiro em ângulo obtuso, e não de 90°. E tôda a construção conquistará aquela característica de curvas e contra curvas, própria dos frontões, atingindo poderosa unidade plástica e espacial.

Teremos então os frutos maduros de nossa arte, as mais belas obras da arquitetura brasileira da época colonial. As igrejas cujo risco cabe ao Aleijadinho.

Como já dissemos, foi nas igrejas que se concretizou nossa arte, e por feliz coincidência, muitas delas reunem às superiores qualidades arquitetônicas, interessantes obras de talha e as melhores pinturas da época colonial.

Um dos centros mais antigos de arte foi o Mosteiro de São Bento do Rio. Fundado em 1617-18 foi reformado segundo projeto de Frei Bernardo de São Bento, em 1670. Com tímpano triangular, tôrres, paredes, três portas, capelas laterais, mantém ainda uma linha retangular quebrada no interior pela talha que o reveste completamente.

Frei Domingos da Silva, autor de "O Crucificado" e "Santo Amor", foi o primeiro e maior ornamentista a traba-

lhar no Mosteiro (1669- 1673). Frei Ricardo do Pillar, natural de Colônia, considerado o fundador da escola fluminense, foi o decorador do Mosteiro. Sua obra mais conhecida é a imagem do Salvador que se encontra na sacristia. Faleceu em 1700 no Rio.

No século XVIII aparecem, em todos os principais centros, igrejas excepcionais, tanto pela solução arquitetônica, quanto pela decoração. Entre as mais interessantes em Pernambuco (Recife) temos São Pedro dos Clérigos, realizada segundo o risco do arquiteto brasileiro Manoel Ferreira Jacome.

Iniciada em 1728 é uma obra de arte que além do valor artístico intrínseco, representa particular interêsse cultural. Fortemente vertical, enquadrada entre paredes retangulares e lisas, acentuadamente européia no frontispício, apresenta uma solução de espaço interno novíssima para o Brasil e ainda não projetada em Portugal.

Sua nave octogonal precede na idealização de bem quatro anos a nave de São Pedro dos Clérigos, do Pôrto, projetada por Nasoni. Mas nesta igreja se encontram também as únicas pinturas das quais se conhecem os nomes dos autores. Trata-se de João de Deus Sepulveda, autor do teto da nave, onde estão realizadas uma arquitetura em escorço e um céu, pintados com alguma originalidade, mas não sem incertezas. Bem mais forte e desenvolto na composição é Luiz Alves Pinto, autor das pinturas do fôrro do côro.

Na Bahia, onde as igrejas são mais numerosas e geralmente mais amplas, a sinuosidade permanece quase sempre na decoração, tornando-se muito raramente especial. São Francisco da Ordem Terceira, projetada em 1701 por Gabriel Ribeiro, homem que teve sua formação na cidade do Pôrto, é exemplo disto. A uma estrutura quase retangular é sobrepôsto um complicadíssimo trabalho de talha que ocupa completamente paredes, pilastras, e frizos do frontispício. Em muitas das igrejas baianas se nota isso: um excesso de elementos rebuscados e um contraste com elementos profundamente lineares. As volutas nunca se apoderam da estrutura, como acontece com os frontispícios, em Pernambuco, e com espaço interno, em Minas. Sob muitos aspectos é uma excessão à esta tendência geral baiana, a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, projetada por Manuel Cardoso de Saldanha, em 1736. Apesar de uma fachada estruturada retangularmente e de um tímpano triangular com volutas ape-

nas sôbrepostas, possue no frontispício, entre os dois andares, uma série de óculos ovais ao mesmo tempo que o plano do frontispício é quebrado pelas tôrres quadradas, mas situadas diagonalmente em relação ao eixo da nave, dinamizando a parede ao lado da porta central por dois vértices. No interior, possue capelas laterais, mas sua forma é octogonal, figura que livremente interpretada encontramos mais tarde em Minas. Apesar da fachada ser uma das menos rebuscadas é sem dúvida uma das igrejas mais dinamizadas em seu espaço interno. Contudo a maior realização se encontra no teto onde José Joaquim da Rocha, pintor mineiro, que segundo Reis Junior estudou em Lisboa e em Roma, criou com suas perspectivas arquitetônicas um espaço articulado e complexo, leve e amplo, rico e elaborado que culmina com a visão central do Cordeiro Místico. Sêres e arquitetura participam da mesma grandiosa concepção, articulando até os extremos limites o espaço interno da igreja.

José Joaquim da Rocha, decorador de muitas outras igrejas, (Santo Amaro) foi o chefe da escola baiana que conta com pintores como José Teófilo de Jesus (mandado para a Europa às custas do mesmo mestre José Joaquim), Franco Velasco e outros de menor importância. O Cabra e José Inacio da Costa foram os santeiros mais conhecidos.

Pela sua forma octogonal, a tôrre única e a localização favorecida, a igreja do Outeiro da Glória no Rio merece especial destaque, como a infelizmente desaparecida São Pedro dos Clérigos. Mas pela feliz combinação de talho e pintura adquire um valor todo especial São Francisco da Penitência no Morro de Santo Antônio. Já existente em 1624, como o indica um mapa desta época, foi reconstruida e ampliada em 1657, e outra vez no início do XVIII século. Em 1736 foi chamado para orná-la com sua prodigiosa talha e suas esculturas Francisco Xavier de Brito, que mais tarde deveria trabalhar em Minas e influenciar Manuel Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Perfeitamente entrosada, com a talha dos querubins, com as figuras ora mais ora menos pronunciadas, e a sinuosa rica e contraditória do gosto Dom João V, é a pintura do teto da nave, de Caetano da Costa Coelho, sem dúvida uma das melhores do Rio. Os historiadores entretanto consideram mestre Rosa o maior pintor desta época.

Entre os outros pintores da chamada escola fluminense merecem particular interêsse: Manoel da Cunha, um dos primeiros a pintar retratos (O Conde de Bobadela) — Lean-

dro Joaquim, a quanto parece também arquiteto, que pintou uma cena ocorrida na colônia ("O Incêndio do Recolhimento do Parto", "Reconstrução do Recolhimento do Parto", sacristia da Igreja de N. S. do Parto). Foi o primeiro a comover-se com algo que via, enquanto até então sòmente se pintou para decorar, foram excecutadas encomendas, mas a inspiração era procurada nas gravuras dos missais deixando-se de lado qualquer anotação pessoal, a intervenção do artista se limitava à interpretação. Leandro Joaquim, embora enredado nas dúvidas, é o primeiro a ver o mundo que o rodeia.

Em São Paulo onde a arquitetura foi sempre menos opulenta, a pintura, desde o XVII século, teve tendências mais realistas, que culminaram no início do século XIX com as pinturas da igreja do Carmo, em Itú, realizadas por Padre Jesuino do Monte Carmelo e alcançaram originalidade própria com Miguelzinho (Miguel Arcanjo Benício de Assunção Dutra), ourives, escultor, compositor e escritor, foi principalmente pintor. Sendo o primeiro a escrever sôbre arte em São Paulo, foi o único pintor brasileiro que focalizou em suas aquarelas tipos populares do Brasil Colônia.

O Rio foi a cidade onde Valentim de Fonseca e Silva, conhecido como Mestre Valentim (1760-1815) desenvolveu suas atividades. Flho de um português (contratador de diamantes) e de uma crioula, veio de Minas para o Rio ainda criança, indo mais tarde estudar em Lisbôa. Quando voltou prestou seus serviços ao vice rei Luiz de Vasconcelos, que estava ocupado em reformar a cidade. Além de trabalhar na talha em várias igrejas, realizou obras em bronze e esculpiu estatuas sendo também autor de vários chafarizes.

Lembraremos dele a talha da Capela-mór da Igreja de São Francisco de Paula, os Medalhões do Passeio Público, as estatuas de Diana e Niobe e o Chafariz do Largo do Paço, hoje Praça 15. Sua arte é esmerada eculta, mas não possue anseios profundamente renovadores.

Êstes se encontram, pelo contrário, em tôda a obra de Antonio Francisco Lisbôa, o "Aleijadinho" filho de Manuel Francisco Lisbôa, português mestre de obras, autor do risco de várias igrejas, e de uma escrava negra. Liberto na pia batismal aprendeu com o pai a arquitetura e o desenho com

João Gomes Batista, abridor de cunho, em outras épocas o melhor ourives de Lisboa.

Além dos riscos das igrejas de São Francisco de Assis, em Ouro Preto e em São João del Rei, idealizou e executou a balaustrada em madeira, e a empena, em pedra sabão, da Igreja do Carmo de Sabará, a portada e o Medalhão de São Francisco de Assis de Ouro Preto. Sendo que êste último, com os dois púlpitos colocados no arco cruzeiro, são poderosíssimos baixos-relevos, onde composição e expressividade atingem valor universal. Mas se como arquiteto foi o mais original na colônia, deve sua grande fama às esculturas dos 12 profetas colocadas no adro do santuário de Nosso Senhor do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas. Tôda a grandeza de sua vida sofrida, de doente, tôda a epopéia vivida pelos mineiros, e a tragédia da humanidade bisonha, necessitada de renovar seu pacto com Deus, estão plasmadas na pedra macia extraída dos morros vizinhos. A aspereza do corte faz vibrar esta linguagem nova e violenta nascida entre montanhas e minérios.

Foi nesta época, quando o Aleijadinho havia produzido obras com uma linguagem inconfundível no concerto universal, quando Mestre Valentim, Manuel da Costa Ataíde (o maior pintor do período colonial, presente em quase tôdas as igrejas projetadas pelo Aleijadinho) e Manoel Dias de Oliveira Brasiliense, dito "O Romano" (primeiro professor oficial da colônia, regente da Aula Régia de Desenho e Figura) tinham elevado o nível cultural dos artistas, foi então (1808) que a família real se transferiu para o Rio com a côrte; e como consequência disso, em 1816, desembarcou no Rio a Missão Francesa, chefiada por Lebreton.

ARTE DO IMPÉRIO

Não é aconselhável dividir a arte segundo períodos determinados por acontecimentos políticos, mas por extranha coincidência existe apenas uma diferença de anos entre a Proclamação da Independência e a vinda da Missão Artística, e no Brasil, apesar de raras infiltrações bem harmonizadas com nossa cultura e nosso temperamento, as teorias de Wiickelmann e a prática destas, nas artes, foram veiculadas, com quase 70 anos de atraso, sòmente pelos artistas da Missão Lebreton.

Instituida pelo conde da Barca, aceitando uma proposta do próprio Lebreton, veio esta missão ao Rio para fundar uma Escola de Belas Artes.

Após várias vicissitudes burocráticas e a morte do mesmo Lebreton, as aulas iniciaram-se regularmente, apenas em 1827, quando o Brasil já era Império Livre, e a escola se chamou: Imperial Academia de Belas Artes.

Mas nesta época Nicolau Antonio Taunay já regressara à França aborrecido com as muitas intrigas, deixando o filho Emil Felix em seu lugar, na cadeira de pintura de paisagem. De todos os artistas que aqui vieram com Lebreton, sem dúvida, era o mais conhecido e o melhor.

Fruto de sua breve estadia entre nós são algumas paisagens cariocas de notável sensibilidade e delicadas côres, que se encontram no Museu Nacional de Belas Artes, junto com vários retratos dos filhos.

João Batista Debret, professor de pintura histórica, permaneceu no Rio 10 anos mais do que Taunay, mas apesar de ser professor de um gênero considerado mais importante, segundo os rígidos conceitos neo-clássicos, seus quadros da vida de côrte não justificariam o nome que deixou entre nós. Sua fama, na verdade êle a deve, a um livro publicado em França, no qual apresenta uma série de gravuras, aspéctos pitorescos do Rio e do interior: "Voyage Pittoresque et Historique au Brèsil".

Sòmente o professor de escultura Augusto Taunay, irmão de Nicolau e Grandjean de Montigny, professor de arquitetura morreram aqui, após ter lecionado vários anos. Êste último foi autor de muitos prédios que a cidade derrubou; pagando trbuto ao desenvolvimento. Mais conhecido e admirado foi o prédio da Academia Imperial de Belas Artes de inequívoco estilo neo-clássico. Se olharmos aos resultados da Missão Artística procurando artístas egressos da academia, poderemos indicar apenas um nome, que assim mesmo se impõe mais pela complexidade da personalidade do que pela grandeza do artista: Manoel Araújo Porto Alegre.

Entretanto, como o mesmo Lebreton escreveu ao Conde da Barca, os resultados demorariam a aparecer. Mas infelizmente para nós, artìsticamente numa chegaram. Unica influência da Missão Franceza foi a de transformar o Rio numa cidadela dos preconceitos acadêmicos, que se já não eram novos quando para cá vieram, não tardaram a tornar-se rançosos. Bem vemos o que foi a arte do Império.

Encontramos sòmente manifestações vivas na arquitetura doméstica, onde a dignidade da fachada neo-clássica, in-

corporando motivos barrocos, e aliada a uma distribuição de espaços internos completamente adaptada ao clima produziu habitações encantadoras. Na escultura nada é digno de nota e na pintura, excluidos alguns estrangeiros, formados na Europa, muito devemos esperar antes de encontrar artistas sensíveis e não eruditos pinceladores.

O próprio Felix Emílio Taunay, que embora francês se formou profissionalmente no Brasil, mostrou sempre uma completa insensibilidade pelas côres do ambiente, apesar de ter pintado muitas paisagens. Entre os estrangeiros merecem mensão especial: o português Simplício de Sá, autor de retratos e figuras populares de matéria encorpada, o francês Palliere, que sentiu o ambiente, e como professor sempre encorajou o uso dos elementos locais, humanos e vegetais. E por fim o italiano Fachinetti, autor de pequenas telas que focalizavam grandes visões panorâmicas cuidadas nas minúcias e representadas com côres quentes.

Vitor Meireles (1832-1903), o afamado autor da "Primeira Missa no Brasil" e da "Batalha dos Guararapes", na realidade fabricou estas telas como um bom obreiro. Revela sensibilidade e emoção apenas em pequenos quadros onde focaliza paisagens ou acontecimentos corriqueiros. Pedro Américo (1843-1905) é sempre mais frio e acadêmico, nunca se revela emocionado, demonstrando apenas habilidade da mão. Mas apsar de não ter côr, usar sombras monótonas e ser duro no desenho, o arrôjo dos temas tratados, numa época de pedantismo, fêz sua glória. Almeida Junior que como Miguelzinho nasceu em Itú (1850-1899) sem revelar a sensibilidade de Vitor Meireles, seguindo o veio realista dos paulistas, se não teve originalidade de estilo, foi o primeiro a focalizar cenas sertanejas, chamando sôbre sí a atenção dos movimentos modernistas da terceira década deste século que queriam uma arte nacional.

Isto é tudo o que o Império nos deu em arte. Os movimentos renovadores da Europa passam completamente despercebidos e há para registrar apenas modificações de temas enquanto a pintura se torna sempre mais embebida de recursos, servil observação da natureza, rotineira interpretação de fórmulas.

(continua)

PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

ANTÔNIO DELFIM NETO

A responsabilidade social dos economistas, contadores e administradores no processo do desenvolvimento econômico do País, aumenta constantemente em nossos dias devido à importância e à complexidade do problemas econômicos.

Ofereço aqui algumas idéias relativas ao problema do desenvolvimento econômico do Brasil com o fim de, colaborando na formação de uma consciência clara e objetiva sôbre o assunto, provocar um sentido mais profundo da responsabilidade que cabe a cada um de nós no processo dêsse desenvolvimento. É minha convicção que essa responsabilidade se vem avolumando consideràvelmente desde o fim dos anos 20 e que não estamos sendo convenientemente preparados para enfrentá-la.

Nurkse observou agudamente, nas "Wicksell Lectures" de 1959, que "é inevitável que o pensamento econômico caminhe atrás dos fatos e da história econômica". A afirmação, à primeira vista surpreende, impõe-se logo ao nosso espírito e seria possível apontar-lhe um dezena de exemplos tirados da própria História do nosso País. O paradoxal de nossa posição a que dedicarei os próximos minutos de reflexão, decorre exatamente do fato de que os economistas estão sendo chamados, cada vez com maior intensidade, para assumir o papel de construtores daquela mesma História.

Com efeito, os acontecimentos dêste último decênio revelaram um visível aumento da liderança dos economistas, através de dois caminhos principais. Em primeiro lugar, a generalização das idéias sôbre programação, planejamento e projeto deslocou para a esfera dos economistas e engenheiros o pêso das decisões dos executivos. Em segundo lugar, a generalizaqão do sistema de assessoria, decorrente da complexidade dos problemas econômicos e da criação de uma

linguagem própria e esotérica está transformando os homens que exercem o poder político em prêsa fácil dos técnicos. Parece que ninguém ainda estudou com profundidade a importância dêsse processo semântico que tende a estigmatizar palavras, fazendo com que os políticos as pronunciem ou as evitem com fervor quase religioso, a fim de captarem a boa vontade dos seus eleitores. Não há dúvida, entretanto, sôbre o fato de que esta tirania das palavras constitui um dos aspetos mais característicos da alienação dos políticos de nossa época.

Precisamente devido à circunstância de que, por caminhos diretos ou indiretos, o economista está se transformando em construtor da História, é que o paradoxo que apontamos se torna intenso.

A própria história econômica do nosso País revela o problema ao mais superficial dos exames. Pode-se afirmar com tranqüilidade que, se os economistas tivessem tido maior poder de decisão, no primeiro decênio dêste século, jamais teria sido feita a valorização do café e sou inclinado a crer que se teria sofrido da mesma forma, sem se obter os proveitos derivados da melhoria das relações de troca. Se os economistas contassem com maior poder de decisão, certamente teriam sido perdidos os benefícios da proteção alfandegária, decorrentes da depreciação violenta do "mil réis", nos anos 30, não se procederia à queima de café e talvez a crise mundial produzisse um retrocesso da economia brasileira.

A razão disso não reside apenas no fato de que o pensamento econômico caminha atrás da História ou no fato de que aos nossos políticos faltasse maior dose de espírito público. Muito menos válida é a interpretação marxista de que êles representavam o govêrno de uma classe e inconscientemente confundiam os interêsses dessa classe com os interêsses da coletividade, ainda que seja preciso conceder certo grau de realidade a tal interpretação.

O problema é muito mais complexo do que pode parecer à primeira vista. Decorria essencialmente da ausência de uma adequada visão do mundo. A necessidade de industrialização, que hoje nos parece tão natural, ainda não se havia configurado no pensamento dos economistas e os caminhos do desenvolvimento tecnológico pareciam indicar que essa mesma industrialização seria impossível sem suprimentos adequados e convenientemente localizados de carvão e minério de ferro. Nos países em que se seguiu uma deliberada

política de industrialização — e a Austrália é, sem dúvida, o caso mais característico — a justificativa de tal política residia na potencialidade dos seus recursos naturais diante da tecnologia desenvolvida.

É importante que nem do pensamento marxista derivava uma clara e ativa ideologia industrialista.

A única exceção, naquele momento decisivo, era representada pelo pensamento de List e da escola histórica alemã, que encontrou a sua expressão prática na afirmação de Bismarck, de que o "sistema de proteção tarifária deveria reservar o mercado interno à produção nacional".

É evidente que, devido à natureza do conhecimento econômico, a ação dos economistas tem que ser realizada dentro de uma perspectiva geral, que contenha o próprio sentido do desenvolvimento histórico. É claro, por exemplo, que a ação inspirada na idéia neoclássica de equilíbrio seria completamente diferente da sugerida por uma análise marxista e esta, por sua vez, seria diferente de uma que reconhecesse a unidade e individualidade próprias dos acontecimentos históricos. A ação do economista, na medida em que é eficaz, se explicita no desenrolar histórico, isto é, afirma-se como História e tem que refletir, consequentemente, não apenas os aspetos econômicos, mas tôda a concepção de vida da coletividade.

É por êste motivo que, munido apenas dos conhecimentos econômicos, êle não pode definir com clareza os objetivos de sua ação e, muito menos, coordenar os meios para atingi-los. Para que sua ção seja eficaz, precisa o economista, portanto, de integrá-la dentro de uma visão do mundo e ter bem claro, em seu pensamento, um particular sentido do desenrolar histórico. O marxismo possui tais ingredientes e é, portanto, apenas natural que forneça aos seus adeptos respostas, ainda que dogmáticas, para essas questões.

Neste sentido, um dos aspetos mais significativas das mudanças produzidas no nosso entendimento dos problemas dos países subdesenvolvidos reside na compreensão de que o subdesenvolvimento é um fato histórico em si mesmo e que não está necessàriamente encadeado numa série de sequências. A idéia de desenvolvimento em estágios, que dominou o pensamento de List, o de uma importante facção da escola histórica e, em certa medida, o dos marxistas — ainda que seja duvidoso que o próprio Marx se enquadre perfeitamente aqui — está cedendo lugar à idéia de que nada existe de

automático no desenvolvimento do capitalismo e que não se pode, para consegui-lo, esperar pelo funcionamento dialético das fôrças econômicas.

Como Joan Robinson mostrou em seu extraordinário trabalho "Marx, Marshall e Keynes", "a experiência presente sugere que o socialismo não é um mero estágio posterior ao capitalismo, mas um substituto para êle: um meio pelo qual as nações que não participaram da Revolução Industrial podem imitar os seus progressos tecnológicos; uma forma de atingir a rápida acumulação sob diferentes regras de jôgo".

Rejeitar a solução clássica por sua evidente inadequação e a marxista, não pela sua forma de colocar o problema, mas porque conduz na prática a uma alienação ainda maior do homem, não significa, com tôda a evidência, concordar com o que aí está. A organização do nosso sistema econômico carece de algumas modificações substanciais a fim de que sejam atingidos ao menos três objetivos: uma rápida aceleração do desenvolvimento econômico, uma diminuição constante na desigualdade da distribuição dos rendimentos e uma redução das disparidades regionais de renda dentro de um mesmo país.

É um engano pensar que é a nossa forma e organização política que perpetua o subdesenvolvimento. A alta mortalidade infantil, o alto índice de analfabetismo, a falta de habitação, as dificuldades alimentares, não decorrem do nosso imperfeito sistema democrático, mas sim da nossa pobreza. E a História aí está para mostrar que democracia e pobreza não se excluem. Há, todavia, sérias razões para se acreditar que existe uma associação positiva entre os sistemas políticos que respeitaram as liberdades individuais e os sistemas econômicos que conseguiram, em maior medida, livrar-se da pobreza.

O reconhecimento dêsses fatos coloca, com tôda a sua clareza, o problema do subdesenvolvimento. Rejeitamos a explicação quase mecânica que domina os pensamentos clássico e marxista. Rejeitamos, também, a complacente e tranquila aceitação do "status quo" que permeia o pensamento neoclássico, com sua idéia de equilíbrio.

A compreensão do subdesenvolvimento como um processo histórico, isto é, como um fenômeno que se caracteriza por sua individualidade própria, determina problemas novos que precisam ser enfrentados. Essa colocação do problema tem

em comum com o marxismo a sua identificação com a prática. O seu objetivo é o mesmo expresso por Marx, na sua 11.ª tese sôbre Feuerbach, pois se trata "não de interpretar o mundo, mas de transformá-lo".

A economia é uma ciência história e isto quer dizer, a um só tempo, que ela é uma das ciências do homem e que os seus resultados são, necessàriamente, condicionados à trama quase infinita de relações que constituem cada manifestação da História. Seria errôneo pensar que não existe uma ciência econômica. Existe! E ela é constituída por todo o instrumento analítico — inclusive por algumas hipóteses gerais que derivam da natureza do homem — desenvolvido nestes últimos dois séculos. Ela não apresenta, entretanto, uma formulário de receitas prontas para serem aplicadas de acôrdo com o diagnóstico; ela é constituída por uma particular "forma de pensar", capaz de separar, em cada realizade histórica, as variáveis relevantes e de deslindar as suas inter-relações.

O conhecimento da realidade econômica se distingue exatamente porque, em larga medida, êle pode fornecer recursos para a alteração dessa mesma realidade e porque o homem aprende com a experiência. Isto quer dizer que, feito um diagnóstico e acertada uma política econômica, a sua própria eficáciia extingue a validade do diagnóstico e que, em outra circunstância histórica semelhante, os agentes reagirão diferentemente.

O conhecimento econômico é, assim, essencialmente crítico e tem que ser repensado permanentemente, a fim de que suas conclusões tenham relevância prática. Qualquer política econômica tem que se apoiar numa "visão do mundo", porque o conhecimento econômico é incompetente e limitado para formular os objetivos do homem. Êstes objetivos — que sòmente podem ser a plena realização dêsse mesmo homem, isto é, a sua liberdade de explicitação, numa direção qualquer, de suas infinitas potencialidades — têm que ser formulados dentro de uma visão global do mundo que o identifique com a sua própria realização e lhe dê uma vivência mais completa de suas relações com o mundo exterior.

Chegamos ao cerne do problema quando reconhecemos que de fato entendemos por "desenvolvimento econômico" a realização de um processo semelhante ao realizado pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos, no século XIX e pelo Japão e Rússia, no século XX. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico consiste num substancial aumen-

to da capacidade produtiva do país, apoiado em métodos capitalistas de produção.

A aspiração ao desenvolvimento define, assim, não apenas o seu objetivo, mas também a sua mecânica, isto é, o seu processo. A única decisão que resta à coletividade é a da escolha da forma institucional em que o processo se irá materializar. Vemos claramente que a opção entre uma forma de organização de economia de mercado e uma forma de organização socialista existe na medida em que os dois sistemas permitem atingir o mesmo objetivo imediato, que é a acumulação do capital.

Tôda a discussão da alienação do homem dentro das relações de produção do mundo ocidental — que é um dos aspetos mais interessantes e atraentes do pensamento marxista — perde a sua relevância quando compreendemos não estão em jôgo, realmente, as relações de produção, mas sim as regras de acumulação. A alternativa para a economia de mercado não se constitui de relações de produção que levem à menor alienação, mas muito possìvelmente à maior, pois nenhum homem pode ser mais alienado do que aquêle que transfere tôdas as suas qualidades e todos os seus desejos para as mãos de uma minoria que assume o poder pela violência organizada, que controla a máquina estatal de acôrdo com a sua visão do mundo e que se recusa a obedecer à regra mais elementar do jôgo democrático, que é a do abandono do poder quando isto fôr decidido pela coletividade.

Colocado o problema nesses têrmos, em que se tem que ignorar o mais importante da contribuição marxista para a compreensão do homem, não porque ela seja inadequada, mas porque ; irrelevante dentro do contexto histórico dos países subdesenvolvidos, cujo objetivo, pelo menos até à próxima geração, é o de conseguir a maior taxa possível de acumulação, o problema adquire maior clareza, porém, não maior simplicidade. De fato, poderia parecer que a comparação entre a *esconomia de mercado* e o *socialismo* é fácil, desde que se circunscreva o problema ao campo econômico. Não é assim, entretanto, como o demonstra tôda a discussão dos últimos 30 anos, de que participaram von Mises, Hayek, Robbins, Lange, Dickinson, Lerne, Dobb, Sweezy e outros.

E não o é por muitas razões. Em primeiro lugar, a discussão tem que se realizar em tôrno de "tipos ideais" que não existem na prática, de forma que suas conclusões são irrelevantes. Em segundo lugar, porque mesmo entre os so-

cialistas existe considerável discussão entre a forma mista, que inclui elementos da economia de mercado, defendida por Lange, Dickinson e outros e de certo modo colocada em vigor na Iugoslávia, e a forma mais conhecida do planejamento centralizado recomendado por Dobb, por exemplo. E, em terceiro lugar, porque a comparação teria que abranger não apenas o aspeto da acumulação, mas também outros aspetos, como mostrou Bela Balassa em seu livro "The Hungarian Experience in Economic Planning".

Tôda essa discussão — que tem algum sentido para os países já desenvolvidos — é também pouco relevante para nós, porque, de fato, nossa opção não pode ser entre a economia de mercado e o socialismo, entendido aqui como planejamento global decorrente da eliminação do direito de propriedade. E não pode sê-lo pela simples razão de que uma economia de mercado funciona muito imperfeitamente nos países subdesenvolvidos, trabalhando geralmente no sentido de conservação das estruturas vigentes.

É fácil entender porque é assim, quando se consideram as bases institucionais sôbre as quais tem que se assentar o sistema de preços. Na ausência de um forte estímulo no sentido do desenvolvimento — entendido como a repetição da "performance" das economias hoje desenvolvidas — a inelasticidade das estruturas e a falta de motivações trabalham no sentido da repetição do processo econômico, ou seja, no sentido de sua estagnação. Por outro lado, difìcilmente se pode esperar que as condições históricas atuais repitam os estímulos criados no século XIX.

Isto significa que o Estado tem que tomar a si a tarefa de criar as condições necessárias ao início do processo de acumulação e ampará-lo até que êle se torne automático; ou então tem que, êle mesmo, realizar o processo. No primeiro caso, teremos uma economia de mercado mista, estimulada por um sistema de planejamento que funciona integrando, suprindo e coordenando a atividade empresarial privada. No segundo caso, teremos a socialização dos meios de produção e a execução de um planejamento global através de um sistema altamente burocratizado.

A lição mais importante que podemos tirar dos recentes conhecimentos adquiridos sôbre os países subdesenvolvidos é exatamente a de que na medida em que seus padrões culturais são quebrados pela influência da "performance" dos países desenvolvidos, êles sòmente poderão repeti-la adaptan-

do suas estruturas econômicas à consecução dos novos objetivos. A realidade mostra, entretanto, que, a não ser em casos altamente favoráveis, o processo tem uma realização difícil e tende a gerar pressões violentas que se podem materializar num comportamento revolucionário. A forma de manter o processo sob contrôle não reside em ignorá-lo, mas sim na adoção de um planejamento adequado, capaz de, conservando os valôres humanos da cultura ocidental, facilitar a realização do desenvolvimento econômico.

Êsse planejamento objetivará o aperfeiçoamento do "welfare state", caracterizado não apenas por uma política que objetive o pleno emprêgo, a utilização mais intensa dos recursos naturais, como também uma distribuição mais equitativa dos rendimentos, uma ampliação do sistema previdencial e um contrôle das práticas de concorrência. Nos países subdesenvolvidos, o objetivo primordial da ação estatal tem que visar um equilíbrio razoável entre as tendências de aumento do consumo e as necessidades de acelerar a acumulação, de forma a ir-se ampliando, tão ràpidamente quanto possível, a área da população atendida em suas necessidades sociais mínimas: habitação e higiene, escolas, serviços de profilaxia etc.

Pensamos que agora à possível ver com clareza que o verdadeiro problema da opção entre a economia de mercado integrada num planejamento e o sistema socialista não reside, para as economias subdesenvolvidas, no campo político. Trata-se, no fundo, de um *problema de poder* e da sua solução depende a mais rápida ou menos rápida realização do homem. Só os desesperados — e infelizmente são muitos! — estão dispostos a realizar a triste escolha entre a liberdade e o desenvolvimento. Mais triste e mais desesperada, porque é uma escolha que não se impõe com o caráter de necessidade, uma vez que, com um adequado processo político, podemos conservar os dois valôres: a liberdade e o desenvolvimento.

Na medida em que o socialismo exige nos países subdesenvolvidos a criação de uma monstruosa máquina burocrática e a centralização das decisões, êle envolve também uma concentração de poder que transforma em simples fórmulas vazias todos os valôres humanos. Não devemos temer a pergunta cínica de Lenin a Kautsky: "Democracia de que classe?"

É certo que nosso sistema político é defeituoso e nosso sistema econômico injusto, mas é inegável que êles se vêm

aperfeiçoando e que temos à nossa disposição todo um arsenal de medidas que permitirão melhorá-los. Seria uma insensatez, portanto, alienarmo-nos ainda mais pela entrega de todo o poder a uma minoria, nela depositando tôdas as nossas esperanças e nossas apreensões.

A centralização do poder a que tem de necessàriamente levar o regime socialista na execução da tarefa dos países subdesenvolvidos produz os maiores inconvenientes para a plena realização do homem.

Se não podemos aceitar os defeitos do nossos sistema político e as injustiças de nossos sistema econômico; se nos recusamos a aceitar o "status quo" como razoável e se rejeitamos a solução fácil e covarde que seria a nossa alienação à burocracia que detém o poder no sistema socialista, depositando nela nossas esperanças e dela esperando proteção paterna, não nos resta outro caminho — o caminho em que nos realizaremos como homens, identificando-nos com nossos semelhantes. É o de aceitar o desafio e assumir a responsabilidade de um planejamento adequado. Um planejamento que atinja o objetivo de maximizar o nosso desenvolvimento econômico, conservando um mínimo de descentralização, capaz de garantir que nenhum grupo serj suficientemente forte para impor pela violência as suas decisões ou para alterar as regras do jôgo tendo em vista a sua perpetuação no poder, quando já não mais corresponder aos anseios da coletividade.

É esta a missão de nossa geração. E é à sua luz que temos de reconhecer que uma formação estritamente técnica, limitado do ponto vista humano, como a normalmente fornecida pelas nossas escolas, é insuficiente e perniciosa. O economista investido das funções de planejador tende a substituir a escala de valôres da coletividade pela sua própria e, por certo inconscientemente, tende a violentar as crenças alheias e a sorrir — ainda que discretamente — das críticas, mesmo as mais justas e honestas. Quando detém o efetivo poder das decisões, tende a tornar-se violento contra aquêles que não vêem a "verdade" que lhes é revelada por um conjunto de hipóteses que aceitam dogmàticamente, mas que, para infelicidade geral, quase nunca existem na realidade.

O planejador tem uma tendência quase irresistível de considerar mais reais as suas idéias do que a própria realidadedade, pela simples razão de que o entendimento adequado de qualquer fato histórico requer tempo e consideração mi-

nuciosa. E isso, òbviamente, é contra o seu espírito generalizador.

Para aceitar o desafio, portanto, e dar-lhe uma resposta adequada, precisamos, antes de mais nada, enquadrar o nosso conhecimento econômico dentro das ciências do homem. Precisamos procurar entender o homem dentro de sua complexidade e individualidade. Precisamos aceitar honestamente a idéia de que êle é muito mais rico do que o "homem econômico".

Aprender a respeitar o homem e cultivar a tolerância e a humildade são os maiores característicos de maturidade. Sòmente quando todos os profissionais que arcam com as pesadas tarefas de auxiliar na administração mais adequada dos recursos da sociedade tiverem uma intensa vivência dos valôres da cultura ocidental, poderemos acalentar esperanças de que a aceleração do desenvolvimento econômico se fará sem prejuízo daqueles valôres.

O *respeito ao homem* é a mais rica tradição que recebemos do mundo ocidental e nos põe em guarda contra as soluções pela violência. A *tolerância* é o ingrediente que torna possíves a aceitação das soluções de compromisso que carasterizam todo o contato social. A *humildade de nossos conhecimentos diante da complexidade do mundo real* é o instrumento mais agudo de pesquisa, porque elimina o dogmatismo das soluções fáceis e dá motivação sempre crescente para que, em cada ocasião, não tenhamos escrúpulos para examinar uma vez mais a nossa posição.

PUBLICAÇÕES UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL

Os núcleos de estudos filosóficos e em particular as secções de Filosofia de nossas universidades ainda não se deram perfeita conta do valor das publicações regulares. Em geral os seminários, as conferências e mesmo debates de aula que permitiriam a elaboração de artigos valiosos, ficam ausentes do papel, restritos aos eventuais apontamentos de alguns ouvintes, perdidos na memória de uns quantos interessados. Rara vez tomam forma e são impressos, tornando-se acessível a um público maior.

Duas razões fundamentais poderiam ser lembradas para essa espécie de apatia publicitária. De um lado, a natural timidez dos autores, reforçada pela opinião muito generalizada de que os trabalhos que não pudessem merecer a assinatura de um Sartre ou de um Russell jamais deveriam ver a luz. De outro, a falta de veículos adequados para fixação das idéias, a falta de periódicos regulares destinados a enfeixar trabalhos filosóficos.

Vários intelectuais se servem dos jornais para divulgação de seus pensamentos, permitindo o debate mais franco de suas idéias. Talvez àqueles que façam disso profissão, escrevendo por escrever, para atender a uma exigência de continuidade, se possa qualificar, como alguem jocosamente já fez, de "filosofetas dominicais". Contudo, a alcunha é extranha a grande parte dos intelectuais que se servem dos jornais, especialmente dos suplementos, alguns preciosamente elaborados, como os de "O Estado de S. Paulo" e o do "Diário de Notícias", no Rio de Janeiro, verdadeiras revistas especializadas, substitutos naturais e importantes do periódico inexistente. O trabalho publicado nos jornais assegura ao pensador vencer paulatinamente aquela timidez que lhe é própria, compreender que as publicações têm papel importante na fixação de pontos de referência para análise da cultura de um povo e de uma época, e passar a sentir a falta que fazem as revistas filosóficas, os boletins especializados, os opúsculos de divulgação.

Quebrar o silêncio de muitos intelectuais, fazendo públicas as suas idéias, é vitória que o diário pode avocar. Imprimir, de certo modo, embora modesto, um rumo à cultura do povo, afeiçoando-o a temas que lhe seriam, de outra forma, inacessíveis, é mais uma vitória que ninguém pode, conscientemente, negar. O jornal tem sido,

com efeito, o ponto de referência mais estável para avaliação aproximada do estágio cultural do brasileiro estudioso.

Entretanto, e êsse modo de ver ganha solidez, ao diário não é possível substituir o periódico especializado. De um lado porque êle tem êste inegável aspecto de coisa efêmera, fàcilmente perdida, em meio ao cotidiano de que se ocupa (e deve ocupar) e que passa como as brisas ligeiras. De outro porque o filósofo não pode, sob risco de se fazer obscuro e indesejável ao leitor, empregar o vocabulário técnico de sua especialidade. Se o faz, por necessidade, perde o leitor. Se não o faz, é chamado de "filosofeta dominical". Em geral, assume posição intermediária e usa um vocabulário anfíbio, esperançoso de conquistar o leitor, entretê-lo, cativá-lo, mostrar-lhe a importância de seu comentário.

Há o lado positivo da atitude, a gradual familiarização do leitor comum com as idéias. Poucos serão, hoje em dia, os homens do povo de uma cidade grande que deixaram de ouvir falar em foguetes teleguiados, em computadores eletrônicos e coisas parecidas. Isso se deve à farta divulgação que os jornais fazem das descobertas científicas, mesmo que o façam sob o pretexto de uma luta de ideologias que mais de perto interessa ao leitor ordinário. Norma semelhante de procedimento entre filósofos talvez permitisse ao comum dos mortais adquirir uma idéia das premissas de natureza filosófica subjacentes aos conflitos. Isto é, se o filósofo passasse a escrever continuamente nos jornais a respeito de Marx ou Locke, o povo poderia compreender que a recente divisão do mundo entre russófilos e americanófilos está, ùltimamente, presa à adesão a êsses filósofos.

Mas há, também, o lado negativo. A compreensão popular é lenta e conquistada com esfôrço. Êsse esfôrço pode, exatamente como sucede com os cientistas que enviam seus trabalhos aos periódicos adequados, esperando que outros divulguem as suas idéias, ser melhor empregado desde que haja revista de filosofia onde o especialista publicará também os seus artigos.

Tudo isso leva, de nôvo, a compreender a posição desfavorável dos filósofos. Sem periódicos, vencida a timidez, procuram divulgar o fruto de seus estudos nos jornais e aí assumem, obrigatòriamente, atitude conciliatória entre o linguajar técnico e o popular, gastando palavras freqüentemente inúteis para merecer, às vêzes, a pecha de filosofetas... Ingrata posição. Que só poderá ser contornada no momento em que os núcleos de estudos se derem conta perfeita do valor das publicações regulares. Com o que voltamos ao comêço dêstes comentários. Para abrir nôvo rumo às divagações.

As revistas, entre nós, têm, geralmente, vida curta. Especialmente se se devotam aos assuntos culturais. Ainda há pouco tivemos

que lamentar o desaparecimento de "Anhembi", uma das melhores revistas que já tivemos, ainda que a criticassem muitos por fôrça do tom polêmico emprestado a inúmeros de seus artigos. As que escapam, são publicadas de modo aleatório, a dar sentido ao orgulho do Instituto Brasileiro de Filosofia e de umas poucas entidades como a Editôra Brasiliense pela pontualidade com que fazem sair as publicações que norteiam. Os empreendimentos editoriais do gênero estão, sem dúvida, cheios de dificuldades. Não é preciso lembrá-las. E já faz parte da vida brasileira a revista que nasce para viver apenas alguns números. No momento estão em grande voga as revistas políticas e literárias. Temos "Praxis", "Problemas brasileiros", "Tempo presente", "Diálogo", e a "Revista Brasiliense", "Revista Brasileira de Estudos Políticos", aparecendo com regularidade. Aos assuntos filosóficos dedica-se "Convivium", iniciada em maio de 1962, em S. Paulo. Continuam a ser editadas com pontualidade, "Vozes, "Veritas", "Revista da Universidade Católica de São Paulo", filiadas às faculdades católicas mais importantes do país. Temos que viver da esperança de que êsses periódicos se sustentem, que não venham a perecer, permitindo que os pensadores possam utilizar-se deles para divulgar suas conquistas teóricas.

Mas se a vida curta de uma revista é perdoável nas iniciativas guiadas apenas pela grande vontade de acertar que vários homens de boa vontade, mas talvez inexperientes, têm encetado para fixar idéias suas e de grupos mais ou menos fechados, é imperdoável nos centros de estudo em que se congregam especialistas a quem caberia contornar as dificuldades óbvias do empreendimento e que têm por obrigação dar conta aos interessados de suas atividades. O Instituto Brasileiro de Filosofia é uma exceção a confirmar a regra geral. Soube manter a sua Revista, já agora no seu 51.º número, inaugurada em 1951, dando-lhe cunho de seriedade muito incomum entre nós, recebendo colaborações de inúmeros professores e estudiosos que dão, assim, divulgação adequada às suas idéias. Em oposição, o que se vê nas Faculdades, com algumas sadias ressalvas, é um marasmo assustador. Por que? Falta de meios para publicação? Não cremos. Falta de colaboração? Em certa medida, mas não a ponto de justificar a ausência de trabalhos que se constata. É verdade que muitos de nossos centros de estudos só existem no papel e é verdade que os católogos universitários são, infelizmente, com freqüência, apenas "Catálogos de fachada", descrevendo programas que não são cumpridos, de modo que a aparente existência de mestres conhecedores de certos assuntos esconde, na verdade, a mediocridade real de tais mestres, donos tão sòmente de uma pseudo-cultura. Mas ao lado disso há, por certo, grupos onde se discutem tópicos de grande interêsse, escolas onde se cultiva de fato a filosofia, e que fariam bem em reunir os trabalhos em publicações regulares.

As universidades possuem dois cartões de visita. O catálogo e as publicações. O uso de dois cartões é comum entre as pessoas. Um deles traz apenas o nome, destina-se aos íntimos, leva um recado, acompanha um presente; é simples, direto, digno de crédito. O outro menciona uma porção de coisas, endereço, função desempenhada, etc.. Com pesar dizemos, é muita vez um cartão mentiroso, destinado apenas a impressionar. Estabelecendo o paralelo, os catálogos são também usados algumas vezes no mau sentido. Deliberada ou inconscientemente dão informes dúbios. Trazem, é certo, indicações valiosas: o nome da universidade, local em que se encontra estabelecida, lista de seus professores e assim por diante. Por isso mesmo deviam ser mais cuidados. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por exemplo, não os publica há vários anos; outras os publicam mais pontualmente, mas reduzidos a uma meia dúzia de páginas sem utilidade. O exemplo das universidades americanas devia ser imitado para que aos pais fôsse possível orientar os passos dos seus filhos. Quantos pais, por exemplo, saberão da existência de uma ecola de zootécnica em Piraçununga ou de uma nova escola de engenharia em São Carlos? Não só para isso. Aos empregadores, também se facilitaria a escolha dos melhores assalariados, pois, lhe seria possível fazer melhor juízo do saber adquirido pelos estudantes graduados pelas escolas. Tudo isso, naturalmente, admitindo que os catálogos fossem cartões de visita objetivos e fieis. O "catálogo de fachada", destinado a impressionar, precisa ser abolido. Infelizmente, há ainda inúmeros dêsses catálogos cheios de programas não cumpridos e de nomes de professôres que nunca aparecem. Ignoramos a maneira a ser adotada para extinção de tais catálogos. Mas talvez as autoridades do Ministério da Educação pudessem cuidar do problema. A que leva todo esse comentário? A isto: estamos na situação do que recebe um cartão de visitas cheio de dados: é preciso confiar ou confirmar.? Em princípio, confiar. Na dúvida, confirmar. De que modo? Parece que só existe um, digno de crédito: a análise daquilo que a universidade produz. Isto é, suas publicações, as publicações dos seus membros, a atividade efetiva de seus componentes.

Os mestres não completam a sua atividade social meramente dando aulas. Todo bom ensino se harmoniza com a investigação e isso é particularmente verdadeiro nos centros universitários. A investigação se concretiza num corpo de idéias que precisam vir à luz, sofrer o debate franco para depurar-se. Uma instituição que não produz, que não publica, não está em condições de merecer prestígio, de formar-se no conceito público. Revela apenas que existe, que está aqui ou ali e que congrega tais e tais estudiosos —

a confiar no catálogo. Não revela que vive. Sua vida se mede pela ação que exerce no meio, ação direta sôbre os freqüentadores do centro, mas muito mais intensa, indiretamente, sôbre os estudiosos que lhe são alheios, através do que deixa impresso.

Algumas faculdades usam publicar anuários. Vêm êles contando com alguns artigos interessantes e com um relato das atividades feitas durante o ano naquele centro. A parte informativa é, sem dúvida, interessante; dá idéia, ainda que vaga, do que na faculdade se tem estudado. Mas os artigos, geralmente ecléticos, não bastam como termômetro do verdadeiro nível da qualidade dos estudos realizados.

Outros centros já adotaram a idéia de publicar revistas periódicas, concretizando-a com maior ou menor acêrto. Por exemplo, a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica mantém há vários anos a sua "Revista", pontual e interessante. A Universidade de Minas Gerais publica semestralmente a sua excelente "Kriterion", com artigos de valor, em apresentação gráfica muito cuidada. O mesmo se diga da "Revista de Letras" da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, no Estado de São Paulo, estando o exemplo a ser imitado por outras faculdades do interior paulista. O defeito de tais publicações, entretanto, é duplo. Por uma parte, destinam-se, em geral, apenas a um grupo muito restrito de leitores, ligados de alguma forma à universidade de que provêm. Por outra, situam-se numa linha de ecletismo fatalmente inamovível desde que se destinam a publicação de artigos de professores de centros em que varias especialidades são objeto de interêsse. Apesar dos defeitos citados, porém, é uma satisfação que essas revistas se mantenham, porque, do contrário não haveria outro veículo para as idéias. Mas elas são, nêste mundo de hoje, de interêsse mais ou menos especificados, superabundantes, trazendo para um estudioo assuntos que lhe não importam. Há necessidade cada vez maior de limitar o assunto, facilitar a pesquisa bibliográfica, colocar em local acertado uma dada colaboração. Assim, por exemplo, o cultivador da lógica matemática pode dispor da Revista Brasileira de Filosofia, se o assunto a respeito do qual escreve está mais ìntimamente relacionado com a filosofia. Mas corre o risco de ver perdido o seu trabalho (perdido nêste sentido de que deixará de ser analisado por outros cultores do gênero) ao publicá-lo numa das usuais revistas, se o artigo estiver mais preso aos aspectos matemáticos, especialmente depois que uma revista como a da Sociedade de Matemática do Paraná, alterando a orientação que vinha mantendo até 1960, mais ou menos, deixou de atentar para problemas ligados aos fundamentos da matemática, dispondo-se a aceitar exclusivamente artigos puramente "científicos", duplicando atividade, pois, para êsses

escritos já dispomos dos boletins da Sociedade de Matemática de São Paulo ou dos anais da Academia Brasileira de Ciências.

Fatos como êsse, da alteração na orientação de algumas revistas, acentuam ainda mais a necessidade de publicação de boletins isolados, com um ou mais artigos de um mesmo aspecto. Alguns centros já compreenderam bem o problema e têm agido inteligentemente. A Universidade de São Paulo, p. ex., publica regularmente a sua Revista de História e a sua Revista de Pedagogia. A criticar, sòmente, o generalizado atraso, sistemático, e sintomático, na entrega dêsses periódicos ao público. A U.S.P. publica também seus Boletins. A criticar, aqui (e a crítica pode extender-se às demais escolas) o número reduzidíssimo dêles. De fato, nestes vários anos de vida da Faculdade de Filosofia, poucos boletins foram trazidos a lume e, se não nos atraiçoa a memoria, menos de uma dúzia são do curso de filosofia. Isso é pouco, revela desatenção ou excessiva preocupação com a qualidade dos boletins, naquela errônea linha de pretender divulgar sòmente os trabalhos que merecessem a assinatura de Sartre ou Russell...

A Universidade da Bahia agiu bem ao entrar em acôrdo com uma editôra, passando a divulgar livros e boletins de filosofia de muito interêsse. Passou a imprimir não sòmente originais de seus professores como ainda traduções de obras estrangeiras, figurando, por exemplo, ao lado das obras de Machado Neto, obras como a Estética Fenomenológica de Moritz Geiger. A coleção se alarga e é respeitável o número de fascículos impressos. Também a Universidade do Rio Grande do Sul, por sua vez, deliberou, acertadamente, publicar a série "Ensaios e Conferências", com meia dúzia de opúsculos até agora, reunindo palestras feitas por diversos especialistas em conferências ou seminários mantidos naquele local.

Êsse é o modo correto de mostrar a vida da instituição que realiza, como deve realizar, seus seminários e não tem pejo — um pejo absolutamente injustificado — de divulgar aquilo que se discute nas reuniões programadas e efetuadas. Demonstram os centros que assim procedem, tornando acessíveis as obras que patrocinam, que não são pseudo-centros culturais e que compreendem a função dos mais esclarecidos na orientação dos que se acham no princípio de seus estudos.

Os boletins de faculdades ou centros de estudos filosóficos permitem, além de uma demonstração efetiva da vida cultural existente, ainda mais uma coisa importante. Permitem o programa interdisciplinar, cujo interêsse não pode ser ignorado. A Universidade da Califórnia, em Berkeley, inaugurou há pouco (1960), um programa de estudos de lógica e metodologia das ciências que congrega os professores de matemática, física, filosofia e lingüística daquela universidade californiana. Os que acompanham tais de-

bates, se estivessem entre nós, estariam com dificuldades para divulgar os resultados de suas pesquisas. De fato, êles não estariam bem situados em qualquer das revistas que possuimos, a não ser, talvez, na de Filosofia. Estariam perdidos (naquele sentido antes mencionado) se divulgados nas publicações universitárias hoje existentes no Brasil. O modo sensato de publicá-los seria através de boletins.

A Universidade do México, por exemplo, há anos divulga, de modo regular, os seus "Cuadernos" e "Suplementos". Aqueles enfeixam as pesquisas dos professores que se reunem mensalmente no "Seminario de Problemas Cientificos y Filosoficos". Os suplementos trazem material de informação complementar acerca de temas tratados nas reuniões regulares. Assim vemos o cuaderno n. 17 com "Critérios de periodização cultural da História" de Eugenio F. Mendez e o suplemento n. 20 com "A nova retórica" de C. Perelman, traduzido de "Les études philosophiques", e "Lógica e retórica" de M. Dobrosielski, traduzido do *Zeszyty Wydzialu Filozoficznego*, da Universidade de Varsóvia, inacessível, de outra forma, à maioria dos interessados. Cada caderno se faz acompanhar do seu suplemento e a coleção foi inaugurada (segunda série) com uma palestra de Phillip Franck a respeito das razões para aceitação de teorias científicas e acompanhada do suplemento com o artigo do próprio Franck "The origin of separation between science and philosophy", mantendo-se, daí por diante, com regularidade, demonstração mais adequada do valor de tais seminários, de sua fecundidade e da ausência de um falso escrúpulo nos seus participantes que não hesitam em tornar públicos os problemas que os preocupam, na piór das hipóteses para que se vejam criticados — modo sensato de assegurar o progresso intelectual.

Os mestres e estudiosos de filosofia no Brasil têm o dever de seguir o exemplo mexicano, já parcialmente adotado, aliás. Precisam fugir da tôrre de marfim em que se têm mantido, divulgando suas idéias em veículos adequados: o jornal, as revistas universitárias, os boletins. Aquêle para familiarizar o povo com temas especiais, habituando-o a conhecer Jaspers como conhece os políticos. As revistas, para tornar acessíveis a tôda a intelectualidade um mínimo da sua cultura, no nível da célebre inscrição que se acha nos livros da coleção Armand Collin, "Vulgarizer sans abaisser". As revistas especializadas e os boletins, para revelar aos pesquisadores o resultado de seus estudos. Sòmente assim se poderá falar em vida universitária, de que essas publicações são o verdadeiro instrumento de medida.

Muitos são os intelectuais que se empenham em deixar, nos suplementos literários, as idéias que sustentam. Talvez, como frizamos, tenham que "baratear" o assunto, pondo-o compromissado com o nível intelectual do imaginário "leitor comum". Não precisam

recorrer a êsse "barateamento" quando se servem dos periódicos, das revistas universitárias ou das revistas que ùltimamente vêm sendo editadas, onde as idéias se têm divulgado com rapidez e maior eficiência. Mas agora precisam de revistas *especializadas* e de boletins, veículos adequados para a fixação de resultados de pesquisas. E êstes, sòmente os centros universitários poderão, se compreenderem o papel que lhes cabe, editar com êxito, dando, assim, a imagem de uma cultura brasileira autêntica.

LEÔNIDAS HEGENBERG

O CONCEITO DE FAMÍLIA NA SOCIEDADE SOVIÉTICA

A teoria comunista advogou, várias vêzes, a abolição completa da família, como unidade básica da sociedade. Na prática, o Govêrno soviético tem vacilado entre êste ponto de vista e outro, que seria o de tomar providências que visassem reforçar os laços familiares. Tal tergiversação exerce efeitos negativos sôbre a geração dos jovens. Em conseqüência, o comportamento da juventude torna-se dia a dia mais imoral e irresponsável, com um constante aumento de dificuldades e fracassos matrimoniais. Como não podia deixar de ser, tudo isso está causando uma grande preocupação às autoridades soviéticas.

A imprensa russa vem dedicando, nos últimos tempos, grande atenção ao tema da família, do matrimônio, da educação das crianças e das relações entre escola e família.

Até periódicos puramente políticos, como o *Kommunist Vooruyennijsil* ("O Comunista das Fôrças Armadas") publicou, em sua edição de setembro de 1963 (N.º 17), um artigo a respeito dos numerosos exemplos de famílias desunidas entre os militares. Pede aos comandantes, aos oficiais políticos, às organizações do Partido e ao Konsomol uma maior vigilância da situação. Queixa-se, além disso. das autoridades, a quem acusa de indiferença diante do estilo de vida dos oficiais e da situação familiar do pessoal em serviço.

Molodoi Kommunist (N.º 8, 1963) lamenta-se também do triste fato de muitos casais jovens "não viverem em harmonia"; de muitos

maridos adotarem uma atitude negligente diante de suas espôsas e de muitos jovens "julgarem a família um impecilho" e falarem tranqüilamente na necessidade de se libertarem das responsabilidades familiares. Perguntados sôbre o que entendiam por essa liberdade, responderam: "A possibilidade de cada um fazer o que bem entende. Ir e vir com rapazes e môças. Ir para onde se quer e gastar o dinheiro como bem quiser". *Komsomolskaya Pravda* (7 de julho de 1963) refere-se ao costume bastante generalizado entre os jovens de se casarem logo após um amor à primeira vista: "Hoje, um rapaz conhece uma môça e 3 dias depois casa-se com ela. Não tem a menos idéia a respeito da pessôa com quem se casou... Depois, percebem que seus caracteres são incompatíveis e o nôvo matrimônio termina dissolvendo-se, após um briga trivial".

Tanto *Komsomolskaya Pravda* como *Litaraturnaya Gaseta* apontaram, em tempos bem recentes, a atitude irresponsável de amplo setor da juventude soviética em relação ao amor e ao matrimônio. Inclina-se abertamente para a libertinagem e à devassidão sexual. *Molodoi Kommunist* (N.º 7, 1963) defende a introdução obrigatória da educação sexual nas escolas soviéticas para destruir a *teoria,* muito difundida entre os jovens, de que "em nossa época neurótica e louca, o amor deve ser breve e livre", uma vez que os sentimentos devem adaptar-se aos tempos dos vôos espaciais e das máquinas de calcular e não permanecer congelados um século atraz.

A prostituição, como não podia deixar de ser, tornou-se um problema de proporções muito graves. A imprensa soviética retorna constantemente a êsse problema. Periódicos como *Sovietskaya Latvia* (9 de junho de 1963), *Isvestia* (26 de maio de 1963), *Neva* (N.º 5, 1963), vêm nêsse problema um dos mais baixos níveis morais a que chegou a sociedade soviética. Indicam até os nomes de algumas prostitutas célebres que preferem o dinheiro, a bebida e o divertimento ao trabalho. Outras, cujos nomes são também citados, preferem os "estrangeiros", de qualquer idade, tipo e profissão, porque "está na moda a aliança com países estrangeiros".

Muitos matrimônios se dissolvem porque foram realizados por mera conveniência. O marido subiu, por exemplo, na escala social e isso é motivo suficiente para se unir com outra mulher, pertencente a uma classe social mais elevada. Outras vêzes, é o problema da habitação que leva os jovens a contrair núpcias muito cêdo. *Molodoi Kommunist* (N.º 3, 1963, pág. 55) traz a declaração de um funcionário de uma zona de construção: "Dai aos rapazes e môças ocasião e êles se casarão no mesmo instante. Sabeis a causa real? Os jovens se casam porque sòmente assim podem esperar obter uma habitação". *Literaturnaya Gaseta* (19 de setembro de 1963) cita o

caso de uma menina que se casou ùnicamente com o fim de obter um apartamento.

O relaxamento dos costumes morais, no entanto, não é provocado apenas pelas condições sociais, como a grande falta de habitações. Um fator mais importante é a confusão que se observa entre os jovens, por causa das discussões públicas entre ideólogos do Partido e sociólogos em tôrno do matrimônio e da família, como instituições sociais na futura sociedade comunista. *Literaturnaya Gaseta* (17 de maio de 1963) escreve que o assunto converteu-se em lugar comum das conversas entre os jovens e que não está sendo "dirigido" devidamente pelas autoridades do Partido e do Komsomol. Segundo o periódico, os jovens se perguntam se a família e o matrimônio continuarão existindo na sociedade comunista e se os filhos permanecerão entregues aos cuidados dos pais ou serão educados pelo Estado.

De acôrdo com a teoria comunista, a família deverá dissolver-se na sociedade definitiva do comunismo. Os teóricos soviéticos lembram as palavras de Engels, que escreveu: " o cuidado das crianças e sua educação converter-se-á em assunto do Estado... A indissolubilidade do matrimônio e o predomínio do marido desaparecerão, desaparecendo também a própria família..." (Cc. Pequena Enciclopédia Soviética, Vol. 7, 1963, pág. 782). O conhecido ideólogo do Partido, *S. Strumilin,* descreveu de maneira semelhante a sociedade soviética do futuro: "...ao sair da maternidade, o cidadão soviético será enviado a um berçário infantil; daí passará a uma casa infantil, onde será cuidado durante as 24 horas do dia; em seguida, irá para um internato... A antiga família reduz-se ao par matrimonial, que é estável, em tôdas as situações, e indissolúvel enquanto o unir os laços do amor, seja em virtude do casamento legal ou não. Quando estas famílias reconheceram que não vale a pena gastar mais trabalho em manter o casal independentemente, então a família, como unidade econômica, fundir-se-á com outras. Ingressando numa família coletiva maior, dissolver-se-á na comuna social futura" (*Novy Mir,* N.º 7, 1960).

Strumilin propôs ainda que, como experiência, fossem criadas, às margens do Anagara ou Yenesei, na Sibéria, "condições superiores para a vida e o trabalho coletivo. Até seriam construidos os primeiros lares e cidades comunais". Este artigo foi logo depois publicado em forma de folhêto e distribuido entre o povo. Desta forma o Partido estava em condições de julgar as reações da população em relação às idéias de Strumilin. A reação foi imediata. Os editores de *Novy mir* foram bombardeados com cartas, na maioria das quais condenava-se as teorias de Strumilin e de maneira às vêzes muito violenta. Foram assim obrigados a publicar um réplica assinada pelo Professor V. Kolbanovsky, que acusava Strumilin de defender a "total

separação entre pais e filhos". Declarava ainda que "seria a pior caricatura do comunismo apresentar a família do futuro sem filhos, que são o fim e o significado mais alto do amor humano". Os internatos, continuava Kolbanovsky, poderiam servir apenas como um auxílio aos pais, nos casos em que estes trabalhassem o dia inteiro na indústria. Aos pais devia, no entanto, pertencer a responsabilidade final na educação dos filhos. Estes pontos de vista, ao que parece, foram aceitos pelos círculos do Partido, uma vez que o nôvo Programa aprovado no XXII Congresso (1961) declarou que até 1980 cada família soviética estaria em condições de colocar gratuitamente seus filhos em instituições estatais, mas ùnicamente com o consentimento voluntário dos pais.

Apesar disso, prosseguem os efeitos danosos das décadas de luta teórica e prática contra a família, como unidade social. Ainda hoje, durante discussões sôbre o futuro da família, o amor livre — recomendado pelos Chefes do Partido em outras épocas como parte do processo destinado a superar as coerções "burguesas" — encontra ardorosos defensores entre os jovens. *Komsomolskaya Pravda,* do dia 7 de julho de 1963, reproduz as afirmações de um estudante do Instituto de Minsk: "Debaixo do Comunismo não haverá família; a própria palavra desaparecerá. Desaparecerão igualmente expressões semelhantes, tais como "matrimônio", "esposos", "marido", "espôsa" e "par matrimonial". Deixarão de existir os cartórios de registro civil. Haverá apenas uniões livres de corações livres".

Comentando um grande número de cartas recebidas, os editores de *Komsomolskaya Pravda,* procurando talvez diminuir os maus efeitos de opiniões como a anterior, comentaram: "na maioria absoluta das cartas, inclusive naquelas em que os jovens narravam seus fracassos na vida familiar e seus dramas emocionais, fazia um protesto categórico e unânime contra as afirmações de que sob o Comunismo não haveria família! A família deve existir e existirá! O que importa fazer agora é impedir que aumente o número de matrimônios infelizes. Todos estão de acôrdo com isso. Mas perguntam, logo a seguir: Como se obterá isso?"

Apesar disso, o periódico admite abertamente o fracasso dos doutrinadores do Partido em oferecer uma resposta clara aos jovens: "A juventude deve saber como deve crescer. Até aqui nossos filósofos nada disseram de concreto ou de claro sôbre a família do futuro. Daí porque as discussões dos jovens sôbre a família confundem-se cada vez mais, chegando a um ponto tal que concordam apenas em que não haverá mais maridos e esposas, mas apenas amantes".

O Partido encontra-se numa total incerteza diante dessa discussão, uma vez que sustentou a opinião de que as crianças, sendo

criadas e educadas pelo Estado, estariam livres das influências "negativas", tais como a "psicologia da propriedade privada" e as "crenças religiosas". As autoridades queixam-se com freqüência dos pais soviéticos que procuram reunir riquezas, para oferecer aos filhos uma situação privilegiada na sociedade, tornando desta forma mais agudas as diferenças entre as classes sociais da população, em vez de trabalharem para diminuí-las. Admite-se também que as influências familiares contribuem em grande parte para a tenacidade do espírito religioso. Os pais levam muitos jovens a se casarem na Igreja e a educarem cristãmente os seus filhos. Acontece até de êsses pais serem funcionários do Partido e os jovens, membros da Komsomol.

Por outro lado, o Partido não pode contemplar impassível os prejudiciais efeitos na sociedade da dissolução da família, como instituição social. A delinqüência infantil aumentou terrìvelmente e os costumes morais tornam-se cada vez mais dissolutos. Tudo isso é uma ameaça às pretensões dos Chefes soviéticos de que estão educando o "nôvo homem soviético", dotado de uma "moralidade comunista superior".

Nos últimos anos, aumentaram sem cessar na URSS os vícios e a delinqüência. Uma grande causa disso é certamente a falta de contrôle dos pais que, na sua grande maioria, trabalha fora do lar. As estatísticas dizem que a maioria das mães russas trabalham na indústria. O censo de 1961 revelou que 48% da mão de obra total corresponde ao sexo feminino. A falta de atenção materna começa na idade pré-escolar das crianças, que nem siquer dispõem dos benefícios dos jardins de infância. O número dêsses estabelecimentos é muito inferior ao necessário para atender tôdas as mães. O periódico *Semya i Schkola* ("A Família e a Escola") admite que "não é tarefa fácil proporcionar a cada família uma oportunidade de aducar seus filhos num jardim de infância". A. Riayof, diretor do Departamento de Educação e Cultura da RSFSR, escreve a respeito: "Na Federação russa muitos planos de construção de jardins de infância e lares infantís deixam de ser executados" (ibid.), situação essa que se verifica na maioria das outras repúblicas soviéticas.

Reconhecem as autoridades que a delinqüência infantil vem aumentando à medida em que diminui o cuidado paterno. Várias revistas têm publicado recentemente artigos sôbre a situação cada vez mais grave que se está criando com a delinqüência infantil. Roubos, jôgo de azar, assaltos, crimes sexuais, tudo está ao alcance das crianças mais ou menos abandonadas pelos pais. (Cf. *Semya i Schkola* (N.º 6, 1963) e *Komsomolskaya Pravda* (11 de julho de 1963). A mesma revista de assuntos escolares cita exemplos de perversões e sadismo sexuais praticados por crianças de 14 e 15 anos. (Cf. N.º 8,

1963). Nesse mesmo número, pode-se encontrar várias explicações oferecidas para essas anormalidades, como a do menino de 14 anos que "assassinou sua amiga de 16 anos, Sascha Burdin, a sangue frio e de maneira premeditada e inaudita". Entre as causas principais são apontadas as seguintes: o esfôrço em inculcar nas crianças o ódio contra os inimigos do Comunismo e os exercícios militares prematuros.

Outra preocupação para as autoridades soviéticas é o aumento desproporcional de divórcios, os freqüentes casos de poligamia, e o número elevado de crianças nascidas fora do matrimônio e as mães solteiras. *Literaturnaya Gaseta* (24 de fevereiro de 1962) informa que o número de processos para obter o pagamento das pensões por divórcio ou separação, aumentou, chegando a um milhão de casos anualmente. *Isvestia* refere-se a casos de homens que haviam casado 4 vêzes em poucos anos, abandonando logo em seguida o nôvo lar. A imprensa tem noticiado casos de homens que não querem pagar a pensão devida em caso de divórcio, chegando a apresentar funerais inexistentes, pedindo a alguns amigos que visitem suas ex-famílias para anunciar-lhes seu falecimento "num trágico desastre", para o que exibem as fotografias do funeral realizado. Ao informar sôbre 3 casos semelhantes, *Isvestia* (4 de janeiro de 1962) comentou que tais fraudes não eram raras na URSS.

Esta situação, que tende a agravar-se cada dia mais, demonstra o fracasso da "moralidade superior" do homem soviético. Os problemas humanos são os mesmos em tôda a parte. Terá o Comunismo fôrça suficiente para impedir a destruição total da família e conseqüentemente a destruição de tôda a sociedade, da qual a família é o sustentáculo e a garantia? É um problema muito grave e urgente, tanto para os teóricos do comunismo como para os que devem realizá-lo. É fácil escrever que o comunismo, ou seja a sociedade futura prevista por Marx e Engels, deve prescindir da família, do matrimônio, da educação familiar. Mas na prática, isso levará a uma sociedade organizada ou à destruição total da sociedade? A experiência russa, até aqui, vem demonstrando a impossibilidade humana de realizar a sociedade sem coerções morais, sem família bem constituida, sem educação familiar.

BORIS ROGAL
GREGÓRIO V. YUREF

METAMORFOSE DO ROMANCE NACIONAL

Ao contrário do romance francês, que passou da análise em profundidade — Balzac, Madame de La Fayette, Proust — para o objetivismo da *nouvelle vague* — Alain Robbe-Grillet, Nathalie Sarraute, Claude Simon, Michel Butor — o romance nacional principiou pela ação — Alencar, Macedo, Bernardo Guimarães, Coelho Netto, Graça Aranha — continuou por muitos anos com sua forma tradicional — José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Érico Veríssimo, José Geraldo Vieira, Raquel de Queiroz, Amando Fontes — conheceu uma substanciosa e séria reação introspectiva — Octavio de Faria, Cornelio Pena, Ascendino Leite, Antonio Olavo Pereira, Clarice Lispector — e hoje caminha para uma nova tendência, misto de psicológico e objetivo, com predomínio da composição e da linguagem — Gerardo de Mello Mourão, Paulo Novaes, J. Guimarães Rosa, Maria Alice Barroso, Nelida Piñon. Em que pesem as diferenças que existem entre êstes autores, há uma identidade de propósito a igualar suas obras: a de imprimir um nôvo rumo ao romance nacional.

Ignoro se existe entre êsses escritores o desejo de ser *contra* o romance tradicional, como acontece com os componentes do nôvo romance francês. Como se sabe, a nova escola francesa obedece a uma linha de ação que poderia, segundo o depoimento de Robbe-Grillet (1), ser assim sintetizada:

"... Le monde n'est ni signifiant ni absurde. Il *est*, tout simplement. C'est là, en tous cas, ce qu'il a de plus remarquable. Et soudain cette évidence nous frappe avec une force contre laquelle nous ne pouvons plus rien. D'un seul coup, toute la belle construction s'écroule: ouvrant les yeux à l'improviste, nous avons éprouvé, une fois de trop, le choc de cette réalité têtue dont nous faisions semblant d'être venus à bout. Autour de nous, défiantla meute de nos adjectifs-animistes ou ménagers, les choses *sont là*. Leur surface est nette et lisse, intacte, mais sans éclat louche ni transparence. Toute notre littérature n'a pas encore réussi à en entamer le plus petit coin, à en amollir la moindre courbe...

... A la place de cet univers des "significations" (psychologiques, sociales, fonctionnelles) il faudrait donc essayer de construire un monde plus solide, plus immédiat. Que ce soit d'abord par leur *présence* que les objets et les gestes s'imposent et que cette présence continue ensuite à dominer, pas dessus toute théorie explicative qui tenterait de les enfermer dans un quelconque système de référence, sentimental, freudien, métaphisique ou autre.

---

(1) Alain Robbe-Grillet — "Une Voie pour le Roman futur" in "La Nouvelle N.R.F." de julho de 1956.

Dans cet univers romanesque futur, gestes et objets seront "là" avant d'être "quelque chose"; et ils seront encore là après, durs, inaltérables, présents pour toujours et se moquant de leur propre sens, qui cherche en vain à les réduire au rôle d'utensiles précaires, entre un passé informe et un avenir indéterminé.

Ainsi les objets peu à peu perdront leur inconstance et leurs secret, renonceront à leur faux mystère, à cette interiorité suspecte que Roland Barthes a surnommé "le coeur romantique des choses". Celles-ci ne seront plus le vague reflet de l'âme vague du héros, l'image de ses tourments, le support de ses désirs. Ou plutôt s'il arrive encore aux choses d'accepter cette tyrannie, ce ne sera plus qu'en apparence, pour mieux montrer à quel point elles lui restent étrangères.

... Quant aux personnages du roman, ils pourront eux-mêmes être riches de multiples interprétations; ils pourront, selon les préoccupations de chacun, donner lieu à tous les commentaires, psychologiques, psychiatriques, religieux ou politiques. On s'apercevra vite de leur indifférence à l'égard de ces prétendues richesses. Alors que le héros tradittionnel est constamment sollicité, accaparé, détruit, par ces "interprétations" que l'auteur lui propose, refeté sans cesse dans un *"ailleurs"* immatériel et instable, toujours plus lointain, toujours plus flou, le héros futur, au contraire, demeurera "là"...

... Tandis que les conceptions essentialistes de l'homme voyaient leur ruine, l'idée de "condition" remplaçant désormais celle de "nature" la *surface* des choses a cessé d'être pour nous le masque de leur "coeur" (porte ouverte aux pires "au-delà" de la métaphysique).

C'est donc tout le langage littéraire qui devrait changer, qui déjà change. Nous constatons, de jour en jour, la répugnance croissante des plus conscients devant le mot à caractère viscéral, analogique, incantatoire. Cependant que l'adjectif optique, descriptif, celui qui se contente de mesurer, de situer, délimiter, de définir, montre probablement le chemin difficile d'un nouvel art romanesque." (2)

Não devemos — por enquanto — estabelecer as determinantes ou constantes do nôvo romance nacional, como o fêz Robbe-Grillet com as do francês, mas não se pode negar que o nôvo romance existe, e de forma surpreendente. Aliás, já em 1962, assinalava eu, nesta mesma revista, o aparecimento de fortes indícios da renovação do

---

(2) Aproveito a oportunidade para, transcrevendo longamente o que escreveu Robbe-Grillet, esclarecer os leitores que me solicitaram uma explicação, mesmo por alto, do que vem a ser o nôvo romance francês. Naturalmente os trechos copiados dão apenas uma idéia do assunto. É preciso ler os romances da "nouvelle vague", como, por exemplo: **Molloy e Murphy**, de Samuel Beckett, **La modification**, de Michel Buttor, **Moderato** cantabile, de Marguerite Duras, **La Mise en** scène, de Claude Olier, **Mahu, ou le Matériau e Graal Flibuste**, de Robert Pinget, **La Jalousie, Le Voyeur, Dans le Labyrinthe**, de Alain Robbe-Grillet, **Tropismes** e **Le Planetarium**, de Nathalie Sarraute, **Le Vent**, de Claude Simon, etc...

romance. Essa renovação, escrevia, "estava mesmo tardando, pois nos sentiamos fartos de narrações mèramente descritivas, que seguiam um rítmo sempre constante e monótono, sem enriquecimento do estilo ou da linguagem. De uns tempos para cá alguns escritores estão tentando abandonar a estagnação, a mesmice em que o romance vegetava, dominado pelos contadores de histórias. Há um visível interêsse pela composição e pela linguagem: o romance vai deixando de ser apenas uma história contada de modo simplista, mas enrêdo (ou vários ao mesmo tempo) tratado artìsticamente" (3).

Não há dúvida agora de que o romance nacional está passando da infância para a adolescência. O processo evolutivo, começado há alguns anos, vinha se arrastando lentamente; surgiam, aqui e ali, indícios de que êle existia, mas poucos o percebiam. Alguns não o enxergavam mesmo, mas outros fingiam não percebê-lo, preocupados em manter o romance na infância, como certas mães que obrigam as filhas a usar vestidos e meias curtas, a fim de aparentar pouca idade. Editores, autores e críticos, unidos pelo objetivo comum, tudo faziam para manter os romancistas, empenhados em fazer o romance passar para a adolescência, afastados do grande público. Aliás o boicote — embora diminuido — ainda continua, pois raro é o editor que se arrisca a publicar um novato ou um desconhecido, cuja obra traga alguma inovação para o gênero.

O fenômeno não é apenas nacional. Discorrendo sôbre as dificuldades que o nôvo romance francês teria que enfrentar, escreveu Robbe-Grillet (4): "... il ne faudrait pas se faire d'illusions sur les difficultés d'un bouleversement de ce genre. Elles sont considérables. Toute l'organisation littéraire en place (depuis l'éditeur jusqu'au plus modeste lecteur, en passant par le libraire et le critique) ne peut que lutter contre la forme inconnue qui tente de s'imposer. Les esprits les mieux disposés envers l'idée d'une transformation nécessaire, ceux qui sont les plus prêts à reconnaître la valeur d'une recherche, restent malgré tout les héritiers d'une tradition. Or, inconsciemment jugée par référence aux formes consacrées, une forme nouvelle paraîtra toujours plus ou moins une absence de forme".

Estas frases de Robbe-Grillet servem, portanto, não só para a França como para o Brasil, com uma agravante: a de que, entre nós, não é apenas o romance "diferente", "original" ou "revolucionário" o combatido pela crítica e pelo editor; qualquer romance que exija do leitor ou do crítico mais atenção, que os leve a fazer reflexões, que os obrigue a pensar, é esquecido ou combatido pelos donos da literatura, que são precisamente os incapazes de escrever ou de criticar ficção de tal feitio. Principalmente a crítica sempre teve má vontade com os romances "psicológicos" ou "introspectivos".

(3) Cf. "Convivium", Ano I, n.º 3, Vol. 1.
(4) Alain Robbe-Grillet — Op. Cit.

Como romance psicológico, aliás, foi etiquetada tôda ficção que diferisse da comum, na qual houvesse mais pensamento e menos ação. Não era preciso que o autor se detivesse no exame do íntimo de seus personagens; desde que seu livro fôsse escrito num estilo diferente ou abordasse alguma tese, era considerado "psicológico", à falta de outro têrmo mais adequado. E contra êle se voltavam todos que — por êste ou aquele motivo — lutavam pela sobrevivência do romance de situação.

Compreende-se perfeitamente a má vontade para com essa espécie de romance por parte de romancistas e leitores: êle exige tanto de quem o escreve, como dos que lêem, maior capacidade e competência. Não é qualquer um que consegue escrever ou ler um romance em que o que mais importa não são as reações do personagem mas a causa dessas reações, em que as idéias do personagem devem prevalecer sôbre seus gestos. Por outro lado, cresce a dificuldade da crítica diante dêsse romance que exige, para ser analisado e julgado, maior dose de sensibilidade e de cultura.

Nada mais fácil ao crítico examinar o romance "de situação", em que existe apenas uma história ou melhor: várias pessoas vivendo um enrêdo banal, em que nada há de profundo, em que não existe qualquer manifestação de inteligência ou de cultura do autor. Limitando sua crítica ao fascínio da intriga, o crítico fàcilmente desempenha sua função, sem necessidade de recorrer aos instrumentos de pesquisa, sem precisar apelar para sua cultura ou para conhecimentos que tem da criatura. Os defeitos que a crítica de hoje (a chamada crítica científica ou metodológica) descobre na crítica de ontem (por êles rotulada de impressionista), derivam — em grande parte — da qualidade das obras submetidas ao seu crivo. Pois que poderia fazer o crítico diante de romances que não davam margem à expansão de seus recursos críticos? Que fazer diante dos romances de Franklin Távora, de Rodolfo Teófilo, de Bernardo Guimarães, de Alencar, de Macedo, etc.?

Dir-me-ão que, se não tinha o que criticar, o crítico deveria, pelo menos, moderar seus elogios. Realmente, os críticos do passado exageravam bastante nos elogios. Folheie-se qualquer História da Literatura ou qualquer reunião de estudos críticos e ver-se-á como os críticos de antanho (mesmo os mais responsáveis) se excediam em seus ditirambos. Muitos excessos cometidos pelos críticos de outróra podem, no entanto, ser levados à conta do acanhamento do meio cultural em que viviam e da falta de métodos de trabalho. Tempos mais tarde, porém, vamos encontrar o mesmo vício enraigado nos nossos críticos e pseudo-críticos que procuram, antes de tudo, elogiar, seja lá o que fôr. O *new criticism* indígena — em que pesem seus

inúmeros defeitos — tem a qualidade de acabar com o elogio, já que o exame do texto dá pouca margem ao ditirambo.

Mas estamos nos desviando do assunto.

Dizíamos que o romance nacional está passando por uma metamorfose e a prova temô-la em alguns livros como, por exemplo, *O Valete de Espadas*, de Gerardo de Melo Mourão, *História de um casamento* e *Um simples afeto recíproco*, de Maria Alice Barroso, *Guia-mapa de Gabiel Arcanjo* e *Madeira feita cruz*, de Nelida Piñon, *Redenção para Job*, de Aguinaldo Silva e *A Barca dos Homens*, de Autran Dourado. Se os leitores e críticos achavam "difíceis" os romances introspectivos de Cornelio Pena, de Octavio de Faria, de Antonio Olavo Pereira, de Ascendino Leite, de Clarice Lispector, de Paulo Novaes, e a êles torciam o nariz, devem estar agora — diante dos romances citados acima — totalmente exasperados! Porque a radical mudança da construção, do estilo, da linguagem, feita por esses escritores, tornou o romance ainda menos acessível.

Sempre olhei desconfiado para a inovação da técnica do romance. Dizia Ortega (5) que o escritor precisava compensar o esgotamento do romance com a esquisita qualidade dos demais ingredientes necessários para integrar a novela. De acôrdo. Desde, porém, que o romancista consiga dar tratamento igual ao conteudo e ao continente, porque sòmente a técnica não constitui o romance. É preciso "encher os vazios" como dizia Proust, pois é o "enchimento" que conta e não o arcabouço.

O leitor descuidado que lê livros como os de Maria Alice Barroso e de Nelida Piñon é levado a crer que a linguagem é o único objetivo das autoras. Há, de fato, principalmente por parte de Nelida Piñon, preocupação não só pelo estilo como pela valorização da palavra, o que me levou a escrever, certa vez (6), que "os vocábulos para essa jovem têm um valor e um pêso novos, dos quais ela extrai sutilezas insuspeitas. É excitante e, ao mesmo tempo, curioso verificar com as palavras, essas pobres palavras descoloridas que em certas penas não possuem sabor nem realce, adquirem, quando manipuladas por Nelida Piñon, um nôvo conteudo, um sentido diferente." É que, como escreveu Doris Lessing (7), as palavras tornaram-se tão incapazes de exprimir a riqueza de nossa experiência que a mais simples frase, ouvida num ônibus, ressôa como que atirada contra um rochêdo.

É natural, portanto, que o romancista procure usar os vocábulos que lhe pareçam mais adequados à expressão de seus sentimentos, sem preocupação pelo que o leitor possa pensar de sua linguagem. A linguagem de Maria Alice Barroso e de Nelida Piñon, por exemplo,

---

(5) Cf. José Ortega y Gasset — **Meditaciones del Quijote**, Espasa-Calpe, 1942.

(6) Alcantara Silveira — "Renovação do romance?" in Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo", de 5-5-62.

(7) Denis Lessing — "The Small personal Voice" in **Declaration**, Mac-Gibbon and Kee, 1957.

muito se aproxima da poesia, o que vem dar razão a Michel Butor quando afirmou — em *Repertoire* (8) — que tôda pesquisa no domínio da ficção "ne peut que se situer à l'intérieur d'une transformation de la notion nême de roman, qui évolue très lentement mais inévitablement (...) vers une espèce nouvelle de poésie..."

É precisamente o que acontece com os livros dessas duas romancistas que se situam mais no terreno da poesia que da prosa. Por isso, as situações que neles acontecem estão sempre envoltas numa atmosfera poética que as valoriza e, ao mesmo tempo, oculta o que nelas possa haver de banal, de cru ou de comum.

Tal circunstância, aliás, obedece a um imperativo da nossa época. Estamos vivendo num mundo que se transforma com incrível rapidez. E tôdas as novas relações que se estabelecem nêsse mundo não podem ser refletidas através da técnica tradicional da ficção, impotente para acompanhar as novas condições de vida social. O romancista é, assim obrigado a usar de instrumentos adequados ao tempo em que vive, como acontece com os pintores, com os escultores, com os poetas. É verdade que nem sempre se compreende perfeitamente o que querem dizer Paulo Novaes, Maria Alice Barroso ou Nelida Piñon. Às vêzes sua linguagem é por demais subjetiva ou suas imagens demasiado herméticas. Mas quem pode vangloriar-se de compreender perfeitamente a poesia de Mallarmé, de Fernando Pessoa, de René Char, certas telas de Picasso, de Tarsila, de Hans Erni, determinadas esculturas de Mario Cravo, de Brancusi, de Arp?

Mas não existe nos livros de Maria Alice Barroso, Paulo Novaes e Nelida Piñon — que podem ser considerados os criadores do nôvo romance nacional — apenas técnica e linguagem. Há também substância, mergulho no íntimo dos personagens, não para sondar-lhes a alma, mas para exibir o vazio que nele existe, para mostrar que êles não passam de produtos de fôrças brutais e elementares, cuja mistura não é objeto de arte, mas dolorosa realidade.

Os romancistas, europeus e brasileiros, não procuram mais prescrutar o mistério das sensibilidades, mas auscultar um ser frustrado, cujas reações complexas ocultam apenas o nada interior e complicações aparentes. "L'homme moderne — escreve Nathalie Sarraute en *L'Ère du soupçon* (9) — corps sans âme, ballotté par des forces hostiles, n'etait rien d'autre en définitive que ce qu'il apparaissait au-dehors. Le torpeur inexpressive, l'immobilité qu'un regard superficiel pouvant observer sur son visage, quand il s'abandonnait à lui-même, ne cachait pas de mouvements intérieurs."

Por isso, os novos romancistas, longe de se preocuparem com os sentimentos humanos — como fizeram Madame de La Fayette, Balzac, Proust, Mauriac, Musil, Broch, Svevo e Morgan — exibem um desânimo diante do mistério dêsses sentimentos. Aceitam-no passi-

---

(8) Les Éditions de Minuit, 1960.
(9) Gallimard, 1956.

vamente, sem procurar sondar-lhe as raízes, sem tentar desvendá-lo. "Nous constatons seulement — escreve Paul Viallaneix (10) — que le monde en est arrivé à un tel degré d'absurdité qu'il est inutile de le proclamer sur tous les tons. Notre tristesse, sur ce point, est indifférent aux parodies qu'on lui propose. Le sadisme, le réalisme sont des moyens de compensation littéraire que la vie que nous vivons rend inutiles. Nous nous sentons étrangers à cette crise romantique que s'achêve sous nos yeux dans la monotonie."

Em quase todos os bons romances do após guerra até hoje encontramos o mesmo clima descrito por Viallaneix, explorado e re-explorado, no estrangeiro, por Camus, Ghelderode, Kazantzaki, Beckett, Gegauff, Kasak, Hansen, Boell, Piovene, Colin Wilson, isto é, por franceses, gregos, alemães, dinamarqueses, italianos, ingleses. Como não podia deixar de acontecer, êste estado de espírito reinante na Europa acabou por contaminar os romancistas deste lado do Atlântico, que abriram os olhos à realidade e perceberam que o romance não devia mais continuar refletindo apenas acontecimentos banais através de uma linguagem comum.

Observaram os nossos romancistas que o homem não é essa criatura sem problemas que vinha sendo mostrada em seus livros. Não são sòmente os estrangeiros que se encontram mergulhados no absurdo e na angústia: os brasileiros também. Que o digam os milhares de desajustados que procuram psiquiatras e psicanalistas como taboa de salvação para seu desespêro, além dos poucos que se ajoelham nos confessionários das Igrejas. Alguns tentam compreender o motivo que os levou ao desespêro, mas outros já se deixaram vencer, resignados, e poderiam repetir as palavras daquêle personagem de Sabatier: "Nous sommes désésperés, c'est un truisme, c'est aussi évident que nos deux jambes et nos deux bras. Tellement évident que ça s'annule" (11).

Não é possível que o romancista nacional continue a retratar seres simples ou simplórios, verdadeiros habitantes de uma ilha paradisiaca, inteiramente separada do mundo, quando êle próprio vive em permanente contacto com criaturas de carne e osso que se defrontam com sérios problemas do espírito. Por isso mesmo, Paulo Novaes, Maria Alice Barroso e Nelida Piñon, estão substituindo as figuras de papelão armadas pela maioria dos nossos ficcionistas do passado, por gente que não apenas vegeta, mas pensa, reflexiona, procura uma saída.

Aliás, sob êste ângulo, êsses romancistas continuam a linha de Octavio de Faria, um dos primeiros romancistas nacionais a colocar, dentro de um livro, homens e mulheres vivendo realmente, como Branco, Padre Luis, Reni, Franco, Pedro Borges, criaturas que se debatem entre Deus e Satanaz, umas sucumbindo ao Mal, outras ven-

(10) Paul Viallaneix — "Nés en 1925", in "Les Temps Modernes", n.º 62.
(11) Robert Sabatier — **Canard au sang** — Albin Michel, 1958.

cendo o Senhor do Mundo, apesar de tôdas suas armadilhas e seduções. Não há dúvida que o romance brasileiro passa por uma metamorfose, entra na adolescência, abandona o primarismo em que estava mergulhado, enfrenta a realidade, através de linguagem, técnica e construção adequadas ao tempo em que vivemos.

ALCÂNTARA SILVEIRA

PROBLEMAS DO CINEMA BRASILEIRO

EM "Convivium" (Novembro de 1963), falámos sôbre a Escola de Cinema da Universidade Católica de Minas Gerais. E falámos do Pe. Edeimar Massote, S.J., seu inspirador e fundador.

O presente artigo é um complemento daquele: está redigido sob forma de entrevista. Não é uma entrevista com grandes nomes como Paulo Emílio Sales Gomes, Benedito J. Duarte, Alex Viany, Walter da Silveira e tantos outros. Mas uma entrevista com uma aluna da Escola de Cinema da Universidade Católica de Minas Gerais, de uma Escola que, se não é ainda modelar, breve o será (1).

Escolhi entre os alunos aquêle que melhor enfrentou o problema do Cinema Brasileiro, o eterno cinema-sem-estilo ou cinema-sem-temática ou cinema-sem-alma: (2) trata-se da jovem Maura Ribeiro, (3), Assistente Social e que resolveu ingressar no universo do Cinema.

Tentei, na entrevista, vincular-me a três nomes do Cinema Brasileiro: Humberto Mauro (4), Alberto Cavalcanti (5) e Lima Barreto (6).

---

(1) Não se deve esquecer de que, além do Pe. Massote, um outro jesuíta, ora a caminho da Teologia, José Tavares de Barros (diretor de "O Encontro", um respeitável curta-metragem) ingressa no campo do Cinema.

(2) Esta entrevista, sòmente agora publicada, foi planejada em julho. É, portanto, anterior à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre o Cinema Brasileiro. Não pretende ela ser uma resposta-confronto com as verrinas de Glauber Rocha em "Revisão crítica do Cinema Brasileiro".

(3) Maura Ribeiro preocupa-se, atualmente, com duas questões: a relização de filmes para crianças, a partir das experiências de bonecos animados (como Starevitch, antigo colaborador de Sonika Bô) e o estudo documental — e para um documentário — de uma comunidade próxima de Belo Horizonte.

(4) Humberto Mauro, antigo Vice-Diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo (I.N.C.E.), do Ciclo de Cataguazes, realizou inúmeros filmes como "Valadião, o Cratera" (o primeiro, em 1925), "Canga Bruta", "Brasa Dormida," "Sangue Mineiro", "Favela dos Meus Amores", "Descobrimento do Brasil", "Argila", "Canto da Saudade", etc.

(5) Alberto Cavalcanti, brasileiro mas de formação européia, ligado a dois movimentos importantes: a Vanguarda francesa e o Documentário inglês. Realizou, na Europa, filmes como "Rien que les Heures", "En Rade", "Na Solidão da Noite; no Brasil: "Simão, o Caolho", "O Canto do Mar", "Mulher de Verdade", etc.

(6) Victor Lima Barreto celebrizou-se pela realização do filme "O Cangaceiro." Fêz também "A Primeira Missa" e alguns curtas-metragens como "Santuário", "O Livro", etc.

I) CONHHECE A FILMOGRAFIA DE HUMBERTO MAURO? QUE ACHA DELA?

M.R.: "Conheço diversos filmes de Humberto Mauro. Mas falarei de "O Canto da Saudade".

É uma fita cheia de deficiências e não poderia ser diferente, dadas as condições de obra artesanal, não dispondo o diretor de recursos e confôrto, realizando à base do improviso, substituindo por expedientes os meios mecânicos.

Mas, apesar de tudo isto, é envolto de seriedade. Um filme que difìcilmente se poderá provar que não é autenticamente brasileiro. É uma tentativa consciente de nacionalizar o nosso cinema. Não se nota nêle influência estrangeira. Humberto Mauro conseguiu criar o personagem nacional.

Bucólico, desvenda a poética paisagem brasileira com extraordinário lirismo, fiel aos nossos usos e costumes, com acentuado espírito de humor.

Com respeito absoluto pela natureza a ser prescrutada, Humberto Mauro conseguiu, sem alteração, sem deturpação, num ritmo próprio como convem ao nosso cinema — o ritmo especial do brasileiro, principalmente do mineiro".

II) QUAIS, A SEU VER, OS FILMES NACIONAIS MAIS IMPORTANTES?

M.R.: "A meu ver, os filmes nacionais mais importantes são "O Cangaceiro" e "Sinhá Moça".

Na época em que foram realizados, estava o nosso cinema, quase exclusivamente, entregue à direção de estrangeiros. E não acredito que possamos abordar, sem perigo de errarmos fundamentalmente, a problemática da comunidade que visitamos, principalmente se não a amamos o suficiente para penetrá-la em profundidade. A nossa realidade é muito nossa, muito característica para ser compreendida, assimilada por visitantes. Mesmo que haja uma tentativa, um esfôrço honesto, permanece a distância de temperamentos.

Pois bem, nessa época, surgiram os dois filmes citados, com defeitos de estrutura, com defeitos de execução, mas com bases de cinema nacional.

São filmes em que difìcilmente se encontra o personagem nacional. São obras que tentaram *(O Cangaceiro)* a falsificação da paisagem nordestina, a expressão lingüística regional imprópria. Em ambos, há falsificação dos personagens e fuga da realidade. Encon-

trando os nossos elementos sociológicos e históricos, desvirtuaram-nos para a aventura nascida da influência cosmopolita, deixando refletir também a influência comercial.

Mas houve o valor da partida para o encontro de tais elementos. Houve a preocupação de buscá-los.

Foram uma tentativa de formação nacional do cinema brasileiro. Despertaram para essa formação e prepararam mentalidade para a sua aceitação.

Foram raízes que precisavam ser tratadas, bem cuidadas para o seu desenvolvimento normal e orgânico.

Faltou, entretanto, a revisão. Faltou a continuidade que poderia conduzir não à perfeição mas ao desejado: a formação de um gênero genuìnamente nosso".

III) QUAIS AS FALHAS FUNDAMENTAIS DO CINEMA BRASILEIRO?

M.R.: "O fenômeno da problemática do Cinema Brasileiro tem-se tornado bastante complicado. Mas, a meu ver, suas falhas principais residem, sobretudo, no problema cultural.

Só a formação de cineastas competentes poderá afirmar o cinema brasileiro.

Enquanto que no período de formação da nossa literatura passou a fase de estrita dependência das metrópoles européias e, quando o Romance do Nordeste entrou numa tomada de consciência social começamos a ser uma expressão literária brasileira e, de 1930, de José Américo para a frente, ingressamos num nôvo período da nossa história cultural; enquanto Guimarães Rosa provocou impacto intelectual, dando-nos uma nova sintaxe, com a gramática da realidade nossa, numa temática universal; enquanto tudo isto e o mundo passa pela fase visual de sua história, não entramos na primeira fase de formação nacional do cinema brasileiro.

Nesse movimento de libertação político-cultural, o cinema se distanciou.

Possuimos a nossa mitologia, as nossas tradições, nosso temperamento, nosso rítmo *epecial,* nossa problemática social, nossa história, afinal.

A riqueza do nosso folclore é imensa, nossas paisagens vastas, nossa ambientação sugestiva. E as telas procuram se esconder desta realidade — elemento de valor, de difusão, de fixação, de revisão, de evolução.

Não acredito na falta de uma visão exata da nossa sociedade, mas, talvez, de honestidade intelectual ou de formação profissional.

A historicidade pertence não só à literatura como ao teatro e à música, mas também ao cinema.

E, se até hoje, não se tentou dizer do presente com autenticidade e da perspectiva do futuro, por estímulo ou prognóstico, o pouco que se tentou dizer do nosso passado foi isolando fatos ou fixando um único gênero, e, deteriorado.

Não houve a honestidade, consciente ou inconsciente, do respeito à nossa realidade. Não houve a seriedade necessária para o sentido do estudo, da pesquisa profunda para a penetração e captação dos nosssos usos e costumes, para a compreensão da psicologia do brasileiro, para a valorização das nossas lutas, para o amor à nossa tradição, para o reconhecimento, tal qual ela é. (Não estou sugerindo a acomodação, mas a busca da realidade, partindo de onde ela está). Pode não ser a desejada, mas a que temos, a verdadeira, sem alterá-la, sem transfigurá-las, sem turvá-la, sem deturpá-la.

Só assim se conseguirá realizar cinema brasileiro para o Brasil.

A princípio, nossos realizadores voltaram a atenção apenas para o gênero do cangaço. Aliás, depois de "O Cangaceiro", de Lima Barreto. Só não houve preocupação da fidelidade à história. O cangaço se distanciou do Brasil para, muitas vêzes, viver em imitação de outras realidades ou de outras ficções.

Depois veio o interêsse pelos problemas sociais, ou melhor, para um dos resultantes dos problemas sociais: as favelas. Mas, ainda sem ponto de união com a realidade. A favela vista de cima, da superfície atingida pela parte puramente técnica-mecânica: — o depósito de vermes, de criminosos e anormais. Menos o local onde se depositam pessoas que, apesar de tudo, conservam vestígios de homem.

Quando não, a fôrça da imaginação criou hipóteses e essas hipóteses um poço de aventuras, às vêzes convidativas e às vêzes o próprio inferno, se fôsse possível um inferno de côr neutra - o cinza do zinco.

Sentimos a deturpação e o cinema posto a serviço de ideologias, nem sempre, com a responsabilidade mínima necessária, exigida pela própria ordem do problema.

Agora, surgiu uma nova preocupação: a da nossa literatura na tela.

Pode ser um movimento ótimo, um passo acertado; mas também perigoso. Perigoso, enquanto corremos o risco de colocar o cinema a serviço da literatura, enquanto reduzimos o cinema a ilustrações literárias, despindo-o do seu valor próprio enquanto arte, enquanto meio de expressão, veículo de comunicação.

Além das citadas pretensões, apenas algumas experiências. Válidas, sim, mas sem continuidade."

IV) ACHA QUE ALBERTO CAVALCANTI TROUXE ALGUMA CONTRIBUIÇÃO AO CINEMA BRASILEIRO?

M.R.: "Cavalcanti, a quem o cinema mundial deve tanto, como um dos maiores documentaristas, ao cinema brasileiro deu parca distribuição. Apenas no sentido de se tentar criar uma idústria cinematográfica brasileira.

Durante os anos que dirigiu a Vera Cruz, levantou e movimentou capitais, estimulou a produção cinematográfica, despertou idéias e foi a época áurea do nosso cinema, se é que assim podemos nos expressar, porque foi a época não de grandes produções mas de grande número de realizações.

Quanto às realizações de Alberto Cavalcanti, no Brasil, "Simão o Caolho", "O Canto do Mar" e "Mulher de Verdade", conheço as duas primeiras. Não cheguei a perceber nenhuma contribuição técnica ou artística para o nosso cinema nem mesmo uma lição a ser seguida pelos neófilos."

V) COMO ANALISA E COMPARA OS TRÊS CINEASTAS BRASILEIROS: HUMBERTO MAURO, CAVALCANTI E LIMA BARRETO?

M.R.: "Humberto Mauro conseguiu formar seu estilo. É maduro. É realizado. Nota-se que êle se encontra dentro do seu psiquismo. Nas suas obras, transparece a sua constituição psicológica, sua atitude perante a vida, suas inclinações, seu amor à terra. São impregnadas de sentido ético, de lirismo, do seu temperamento de brasileiro puro, genuíno, com veia de humor muito regionalista, mostrada, sobretudo, através da montagem paralela, da qual êle tem pleno domínio.

É um cineasta de pioneirismo. A êle se deve a revelação plástica e poética da paisagem brasileira. Sua capacidade intuitiva desvenda esta paisagem, com delicadeza da sua sensibilidade artística-cabocla, quase pura.

Na construção de personagens, a parte humana é muito profunda. Êle não forma protótipos, mas cria personagens realmente humanos.

Seu gênero é lírico, bucólico, movimentando-se com histórias simples. E êle defende o cinema puro, como sendo caracterizado pela simplicidade.

São constantes suas: vida familiar, influência do pai, amizade. Seus temas são delicados e marcados pelo romantismo de Mauro:

— Há sempre presença de crianças e seus tipos femininos são bem característicos, devido, talvez, a alguma fixação da infância.

Mauro traz os traços de cidadão-terra.

Pela ambientação dos seus filmes, percebe-se o seu convívio com a natureza e sutileza ao prescrutá-la.

Mais do que convívio: uma integração, uma familiaridade afetuosa.

A natureza não é passiva nas obras de Mauro. Aprisionada num enquadramento notável, parece ter despertada a sua vaidade feminina ao perceber que o cineasta explora aquilo que ela possui de mais belo. Entra na intimidade com êle e há uma mútua compreensão, uma mútua aceitação para que êle possa viver com ela, fazê-la viver nêle, à qual dá dimensões subjetivas.

Cavalcanti não é um criador, mas um homem de cultura excepcional, conseguindo inovações.

É humano, voltado para o elemento sociológico, histórico. Realizou-se no documentário, sendo mundialmente considerado como um dos melhores documentaristas.

Sua linha é socializante e êle procura o homem na realidade do cotidiano.

Em "O Canto do Mar", nota-se o misticismo (procissão) e lirismo, principalmente na fuga de Aurora. Ainda cenas barrocas, como a do rosto da mãe atrás de tôdas as imagens, na morte do menino.

Conhecendo de Lima Barreto apenas "O Cangaceiro", torna-se difícil uma análise do cineasta.

O que eu tinha a observar, já o fiz quando me referi ao citado filme nesta entrevista.

Traços comuns de Humberto Mauro e Cavalcanti:

a) escolha de personagens humanos;

b) lirismo (ainda que mais acentuado em Mauro);

c) rítmo interior notável;

d) captação do personagem no seu cotidiano;

e) detalhes exdraordinários;

f) contrastes obtidos pela montagem paralela;

h) ambientação funcional:

em "Simão, o Caolho", a criação do ambiente da rua, dos diálogos, lembra muito Humberto Mauro; em "O Canto do Mar", a igrejinha é a mesma que aparece em duas obras de H. Mauro: "Meus Oito Anos" e "Canções Brasileiras".

CONCLUSÃO

Eis, em síntese, o pensamento de uma aluna: de uma aluna que já toma consciência dos problemas mais fundamentais do cinema brasileiro.

E essa tomada de consciência é um fato importante.

HÉLIO FURTADO DO AMARAL

RESENHA

FERNANDO BASTOS DE ÁVILA, S.I. — **Neo-Capitalismo, Socialismo, Solidarismo,** Col. — **Temas Atuais,** 18, Ed. Agir, 1963.

O Pe. Bastos de Ávila, dedicado apóstolo do movimento solidarista, acaba de recolher neste livro as idéias fundamentais que justificam e constituem o solidarismo. Numa linguagem sóbria e clara, que revela imediatamente a formação escolástica do autor, são expostas as teses fundamentais da doutrina solidarista, apresentada como a grande opção histórica do momento para os povos em via de desenvolvimento.

Se o capitalismo, o neo-capitalismo e o socialismo são falsos nos seus fundamentos, insuficientes nas soluções que apresentam e danosos pelas conseqüências que acarretam, só resta o solidarismo.

É claro que nem todos aceitam esta opção. Os socialistas apesar dos fracassos históricos das várias tentativas feitas, continuam esperançosos de que a história lhes dará a vitória final. Os defensores da economia capitalista, ou, como hoje é chamada, neo-capitalista, julgam-se suficientemente autorizados, pelas provas mais recentes do desenvolvimento econômico, para continuar a defender um regime de livre emprêsa que objetiva um constante aumento de produção, de consumo e de distribuição de riquezas.

Isto, porém, não tira a validade da doutrina solidarista. Ela é universalmente válida porque nada mais é de que a doutrina social da Igreja aplicada. E aqui está minha primeira discordância do Padre Ávila. O solidarismo, mais que um sistema econômico que deve disputar com o neo-capitalismo a capacidade de solucionar os problemas econômicos do Brasil, deve ser a doutrina social católica, aplicada às nossas situações sócio-econômicas, cabendo-lhe transformar a mentalidade de todos os responsáveis pela vida econômica, social e política. Deve ser o fermento transformador. Na verdade, não vejo porque um regime econômico, definido como neo-capitalismo ou mesmo capitalismo, deixe, de ser tal no instante que puser em prática tôdas as exigências e os postulados da doutrina social da Igreja ou do solidarismo.

Por isso, não vejo como o solidarismo seja uma opção histórica, uma "alternativa histórica", como se afirma na introdução (pgs. 15-26). Êle é uma obrigação moral, da qual nenhum católico pode fugir. Qualquer que seja o regime econômico de hoje ou de amanhã, deverá aceitar as teses fundamentais do solidarismo para que possa ser defendido por nós, católicos. Assim por exemplo, o neo-capitalismo pode perfeitamente aceitar e executar tôdas as exigências do solidarismo quanto à emprêsa comunitária. Alguém dirá: neste caso não se trata mais de um neo-capitalismo. Na verdade, o capital deixou de ter a primazia ou a hegemonia, cabendo ao homem e ao trabalho humano o lugar principal. Concedo que êste deva ser o ideal final, a meta cristã a

ser atingida na reforma das estruturas econômicas da sociedade e das emprêsas. Mas, não creio que se possa simplesmente "optar" entre o regime econômico neo-capitalista e um regime econômico "solidarista". Tal opção existe entre o neo-capitalismo e o socialismo, ainda que ela nunca se tenha verificado. Todos os regimes socialistas, hoje existentes, são frutos de revolução ou golpes políticos bem arquitetados. Não há opção entre o neo-capitalismo e a doutrina social da Igreja. Há a obrigação de transformar as estruturas atuais de acôrdo com os postulados da doutrina social da Igreja.

Deve-se por isso dizer que entre o regime econômico neo-capitalista ou mesmo capitalista, e as exigências do solidarismo cristão, não há opção possível. Há a obrigação de todos de trabalharem no sentido de transformar por dentro as atuais estruturas colocando na consciência de todos os responsáveis o dinamismo da doutrina cristã, para que no tempo mais breve possível, a nossa sociedade seja cristã a partir de suas bases econômicas. Uma coisa é trabalhar e lutar pela transformação e aperfeiçoamento do regime econômico vigente, outra, bem diversa, é trabalhar e lutar para a destruição dêsse regime e implantação de um nôvo sistema econômico. Diferença apenas de acento, dirá ainda o leitor. Diferença de grande importância no atual momento histórico brasileiro, respondo.

Creio dever dizer aqui uma observação importante. Todos os estudos, recentemente publicados, sôbre o capitalismo, o neo-capitalismo e a maneira de superá-los numa reformulação dos problemas que lhes deram origem, são superficiais. Tem-se a impressão de que tudo depende de alguns empresários inconscientes. No entanto, o problema é bem mais complexo. O capitalismo e a filosofia liberal que o precedeu, nasceram numa época de ruptura com a tradição religiosa e moral do Ocidente. Galileu, Maquiavel, Lutero, Calvino, os Enciclopedistas, Adam Smith, Lavoisier, a Revolução Francesa deram origem a um nôvo mundo de idéias e concepções, que como disse A. Carrel "caminharam obscuramente no espírito dos homens" e nos deram o que denominamos "era industrial" e "civilazação moderna". O capitalismo é um dos filhos do nôvo matrimônio do homem com o mundo. As fôrças econômicas e o lucro tornam-se o poder supremo e a nova divindade. Êsses quatro séculos de filosofia, ciências e artes não podem ser riscados num momento. As estruturas econômicas não são a causa que determina as idéias filosóficas, religiosas e morais, como querem os marxistas, mas são a conseqüência destas. Desde o renascimento, tudo se fêz para diminuir e mesmo destruir a influência do cristianismo, tanto na vida particular como na vida social. Apesar disso muitos são os que continuam a responsabilizar o cristianismo pela era capitalista e seus desmandos. A cristandade dos últimos séculos foi certamente capitalista, como tinha sido antes renascentista, medieval, bizantina, romana, etc.

Tudo isso é ignorado nas análises do capitalismo e do neo-capitalismo, quando deveria merecer a mais séria meditação.

O livro do Padre Ávila foi colocado num plano ideal. Muitas das exigências de uma emprêsa comunitária poderiam ser imediatamente postas em prática em tôdas as emprêsas, bem como as exigências da justiça social em

ordem ao salário e ao salário-família. Mas a participação nos lucros por exemplo, exige uma regulamentação geral e uma fiscalização séria. A **cogestão** é um ideal que tem falhado em quase tôdas as partes onde foi tentado, salvando-se apenas alguns casos isolados e individuais. A própria UNILABOR, que é a "experiência mais convincente" no Brasil, teve e tem dificuldades internas muito grandes como revelou seu idealizador no último livro "A Revolução do Cristo". Não se deve esquecer que nem sequer na primeira comunidade cristã de Jerusalém foi possível uma perfeita realização comunitária. Tudo ia bem até o dia em que surgiu o caso de Anania e Safira.

Poderia ainda fazer algumas observações a respeito da análise e crítica do capitalismo, neo-capitalismo e socialismo. Por exemplo: não é verdade que as formas de economia neo-capitalista só podem existir como conseqüência ou evolução das formas avançadas do capitalismo; é perigoso afirmar que de acôrdo com o clima psicosocial reinante só terão probabilidade histórica as "reformas radicais"; muitas das doutrinas atribuídas ao solidarismo como específicas são doutrina comum entre os católicos; a relação entre o liberalismo e o capitalismo é estabelecida de maneira, a meu ver, um pouco simplista; não se pode dizer simplesmente que a Igreja condena o "capitalismo"; o socialismo tem um aspeto filosófico fundamental que é o naturalismo absoluto.

Por outro lado, encontro no livro do Padre Ávila afirmações corajosas e de grande valor. Por exemplo: "É ilusória a esperança de aceitar aliados que concordam conosco quanto à necessidade de superar o capitalismo, mas que entendem esta superação no sentido de um estatismo totalitário. Faríamos juntos um trecho do caminho, mas quando se tratasse da luta pela liderança na opção decisiva entre o estatismo e a democracia total, perderíamos fatalmente a partida. Isto pela simples razão de que não lutamos com armas iguais" (pág. 24). "Socialismo cristão ou seria socialismo e não seria cristão, ou seria cristão e não seria socialismo. Tenhamos, pois, a nobreza de repudiarmos uma fórmula que seria uma contradição e uma mentira. Tenhamos a coragem de não ceder à sedução demagógica. Tenhamos a lealdade de dar um nome sem compromissos a nossos propósitos de reivindicações e de reformas sociais" (pág. 59); "Os católicos lutando pelos seus ideais devem explìcitamente repudiar qualquer cooperação com os comunistas" (pág. 81). A fixação dos salários deve rspeitar os direitos do empregado, a condição da emprêsa e a condição da economia nacional. Para garantir isso, no entanto, "é indispensável que os órgãos responsáveis sejam **despolitizados,** sejam deferidos a representantes das comunidades reais: a comunidade dos produtores e a dos consumidores" (pág. 119).

Tôda a crítica ao socialismo marxista é bem colocada. O A. merece elogios pelo fato de ter repudiado tanto o capitalismo quanto o socialismo com a mesma medida. Muitos escritores católicos, apesar de se dizerem contrários a um e outro, na verdade, demonstram na exposição uma certa simpatia pelo socialismo. Igualmente louvável é a breve exposição da doutrina social da Igreja: clara, concisa e objetiva.

D. Crippa

MOVIMENTO DAS EDITÔRAS

DOMINUS EDITÔRA

A Dominus Editôra acaba de enviar-nos um exemplar do *Manual do Matrimônio Católico,* de George A. Kelly. Trata-se inegàvelmente de um manual precioso, guia moderno, completo, inteiramente isento de falsos e perigosos preconceitos mesmo no tratamento de temas delicados como o das relações sexuais, qualidades que impuseram à editôra — segunda ela mesma esclarece na apresentação da obra — a sua publicação no Brasil e que autorizam recomendá-lo a todos os leitores, sem quaisquer restrições.

Todos nós conhecemos a importância da integridade do matrimônio, base da mais fundamental de tôdas as sociedades humanas: a família. Importância realçada vivamente em nossos dias pelo denodo com que certas fôrças infatigáveis trabalham para desvirtuar e arruinar os laços sagrados que estreitam, no lar, esposos e filhos. Hoje, mais do que nunca, é preciso que os jovens noivos cheguem ao altar inteiramente conscientes de sua missão, em todos os sentidos, e das dificuldades — sempre superáveis — que esta missão por vêzes envolve, e que os casados voltem a meditar com nova inspiração as suas responsabilidades e deveres para com o cônjuge, os filhos e a própria sociedade, que jamais será coesa, justa e equilibrada se seu próprio cerne — a família — fôr atingido e debilitado.

A ignorância de qualquer dos muitos aspectos da vida matrimonial pode ser prejudicial e dolorosa para os pais e para os filhos, motivo por que homens e mulheres próximos do casamento, bem como os já casados, não podem deixar de procurar a orientação e o apôio da ciência e da Igreja. O *Manual do Matrimônio Católico* atende integralmente a essa necessidade, ao desdobrar diante dos olhos dos leitores as belezas espirituais do casamento, e ao enumerar os passos práticos pelos quais os cônjuges podem e devem aperfeiçoar sua união e satisfazer os requisitos da paternidade e da maternidade. Suas páginas nos ensinam o que é a vocação do casamento; desvendam-nos os segredos do amor recíproco, transmitem-nos sábios conselhos médicos; tratam da limitação dos filhos e do milagre da concepção e do nascimento; advertem-nos dos perigos mais comuns no casamento, dando-nos ainda ciência dos sinais que os denunciam; analisam o problema dos casais sem filhos e aconselham soluções; ensinam como discordar sem brigar, como superar os problemas financeiros e os atritos com parentes. Ensinam, enfim, a amar, mas amar integralmente, no sentido mais puro da palavra, na alegria e na tristeza, na fortuna e na privação, ontem e hoje, hoje e sempre.

DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO

A despeito de vivermos uma civilização eminentemente técnica, e talvez por isso mesmo, o interêsse pela filosofia não sofreu qualquer diminuição. Bem ao contrário, pode-se mesmo dizer que há um verdadeiro surto dêste estudo, quer em si, quer na medida em que interessa à Economia, à Sociologia, à Política, à Ciência. É claro que correspondentemente presenciamos a renovação do seu instrumento por excelência, que é a crítica. Entendida como parteira do juízo filosófico, ela é denominada hoje pelos valôres da precisão e do rigor. Exige-se que respeite a integridade, a totalidade de cada um dos universos filosóficos que aborda.

Nesse quadro é fácil notar a importância que assumem, afora o texto pròpriamente dito, o comentário e a interpretação. E é para êles que se têm voltado os esforços dos principais promotores da nova crítica filosófica, como Victor Goldschmit, cuja obra *A Religião de Platão,* magnífica introdução aos estudos platônicos, vem de ser traduzida no Brasil por Osvaldo Porchat Pereira, discípulo do insigne mestre francês. Ao tomar tal iniciativa, a Difusão Européia do Livro acredita estar prestando um serviço, não só ao público ledor em geral, como aos nossos cursos universitários. Pois, ensinando História da Filosofia na Universidade de Rennes, o autor de *A Religião de Platão* renovou de tal modo a visão do Platonismo que já se disse haver, na história dêste, duas grandes etapas: antes e depois de Victor Goldschmidt.

Alexandre Magno — Suas conquistas alcançaram-no ao pedestal de semideus. Atrás do mito, porém, onde está a verdade do homem? Na busca desta verdade é que se têm empenhado historiadores e romancistas. E agora Maurice Druon, numa história romanceada sôbre a vida do Macedônio, edição da Difusão Européia do Livro, traz sua interpretação a fatos que se escondiam até então atrás da verdade histórica. Metendo-se na pele do adivinho Aristandro de Telmesso, que serviu a três reis da Macedônia, Druon e o leitor com êle, acompanha passo a passo a infância e a adolescência de Alexandre, dando a cada um dêsses momentos a sua interpretação, num romance que por certo levará o leitor da primeira a última página.

Completa-se a publicação do segundo tomo da *História Geral da Arte* com a edição do volume IV da obra de Louis Hautecoeur, especial lançamento da Difusão Européia do livro. Sua tradução foi confiada a especialistas, sob a supervisão crítica de Sérgio Milliet.

A obra se divide em 3 tomos que, na tradução para o português, foram subdivididos em seis volumes. Estudando a arte cronològicamente, Hautecoeur dedicou o 1.º tomo, *Da Magia à Religião* (2 vols.) às primeiras manifestações artísticas no Paleolítico superior e no Neolítico até a arte romântica: compreende o estudo da arte muçulmana, do Extremo Oriente e da América pré-colombiana, da Oceania e da África. Encontram-se tratadas tôdas as formas de arte no curso dessas eras, particularmente as arquitetônicas, sem esquecer, é lógico, a escultura. Os capítulos sôbre a arte helênica antes e depois de Cristo e sôbre a arte romana são de primeiríssima importância.

Quanto ao 2.º tomo, *Da Realidade à Beleza* (2 vols.), aborda a arte dos séculos XII e XVIII, época em que a Europa se liberta das influências do Oriente e cria a arquitetura gótica; em lugar da concepção teológica, idealista e decorativa de arte, impõe-se um estilo que se preocupa mais com a realidade. Nos séculos XII e XIII, observa-se tal mudança na pintura, na escultura e nas artes decorativas. No século XIV, surge uma corrente internacional que, do Ocidente, se espalha pela Europa Central. No início do século XV, nasce a arte franco-flamenga que figura nas origens da arte moderna, e a Itália, sacudindo o jugo da tradição bizantina, descobre a perspectiva, o relêvo, o claro-escuro, ressuscita a Antiguidade e, sob a influência do Platonismo, impõe um ideal nôvo de Beleza. No século XVI, êsse italianismo se expande pela Europa e, encontrando-se com os hábitos nacionais, vai determinar novos estilos locais. E atinge-se o barroco, no século XVII, e o rococó e o academismo no XVIII.

Finalmente, nos primeiros meses de 1964, estarão nas livrarias os volumes V e VI, correspondentes ao 3.º tomo, *Da natureza à Abstração.* Sua exposição se inicia pelo período de 1750 a 1840, época em que se formam e se desenvolvem o Classicismo e o Romantismo, onde ressalta mais uma vez o primado da França. O Realismo, que se manifestara na pintura de gênero, na caricatura, na paisagem, tinge-se de um socialismo, logo abandonado pelo Naturalismo e Impressionismo. Contra o Realismo, reagem o Idealismo e o Simbolismo. Não esquece o autor de determinar as origens, as características e as teorias dessas diversas escolas.

A arte do século XX ocupa parte importante dêsse tomo. Arte que pretende impor o primado da sensação com o Fauvismo e o Expressionismo, do subconsciente com o Surrealismo; arte que deseja reconstruir a realidade — uma realidade intelectual com o Cubismo — e ultrapassá-la pela abstração. Hautecoeur não deixa de mostrar o paralelismo entre todos êsses movimentos da pintura e os da arquitetura, da escultura e da arte decorativa.

Ao contrário do original francês, a Difusão Européia do Livro enriqueceu cada volume com 16 ou mais ilustrações das obras carac-

terísticas de cada época, de cada escola, de cada país, que por certo ajudarão o leitor a discernir as diferenças de escola para escola, de artista para artista.

EDITÔRA DO AUTOR

Grande poeta, Manuel Bandeira é também professor de literatura e crítico de poesia. Com essa autoridade indiscutível, êle oferece agora aos amantes e estudantes da poesia brasileira uma antologia da lírica brasileira que vem de José de Anchieta até João Cabral de Melo Neto.

Os trabalhos anteriores que fêz para o Ministério da Educação, hoje esgotados, e seu estudo sôbre a Evolução da Poesia Brasileira, tornaram-lhe certamente fácil a organização dessa Antologia, em que obedeceu a um critério de gôsto pessoal. Na parte moderna êle teve a colaboração do jovem crítico José Guilherme Merquior.

São mais de três centenas de poemas, com estudos de cada fase literária do Brasil e notas bibliográficas de cada autor. Êsse volume da Editôra do Autor é, assim, uma seleção ideal para estudantes e todos aquêles que desejam ter uma visão panorâmica da lírica nacional, de sua origem aos nossos dias, e guardar a obra imortal de nossos poetas no que ela tem de melhor.

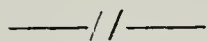
Está a Editôra do Autor reeditando os livros de crônicas de Rubem Braga. Depois de *O Conde e o Passarinho* e *Morro do Isolamento* (lançados em um só volume), e de *A Borboleta Amarela*, aparece agora *O Homem Rouco*, em um elegante volume cuja capa se deve a José Medeiros. São crônicas escritas entre abril de 1948 e julho de 1949. Os admiradores de Rubem Braga gostarão certamente de reler crônicas como *A Visita do Casal, Lembrança de um Braço Direito* e *Procura-se,* para citar apenas três dos quarenta trabalhos que integram o livro.

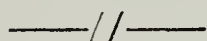
Homem nascido e vivido em Copacabana, Sérgio Pôrto é um cronista essencialmente carioca que se tornou mais conhecido pelo humorismo de Stanislaw Ponte Prêta, o célebre sobrinho de Tia Zulmira e primo de Altamirando. Em *A Casa Demolida,* que a Editôra do Autor está lançando, Sérgio Pôrto aparece com o próprio nome. São histórias e crônicas de ambiente carioca, ora líricas, ora densamente dramáticas, escritas com a fina sensibilidade de um homem de nosso tempo — a que não falta, também, a nota de um delicado humor.

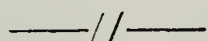
——//——

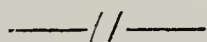
Aparece a 3.ª edição do único livro de contos de Carlos Drummond de Andrade. Êsse volume contém 15 contos, alguns dêles quase no-

velas, que constituem tôda a obra de ficção em prosa do poeta de *Sentimento no Mundo.* A modéstia do título — *Contos de Aprendiz* — não revela que são escritos com mão de mestre, como tudo que sai da oficina drummondiana.

——//——

A escolha não podia ser mais acertada: depois das antologias poéticas de Bandeira, Drummond e Vinicius, a Editôra do Autor lança a de Cecilia Meirelles, inegàvelmente uma das vozes mais altas do lirismo em lingua portuguesa. Nêste volume, Cecilia Meirelles junta o que julga melhor de seus livros, desde *Viagem* e *Vaga Música* até o *Romanceiro da Inconfidência* e os *Poemas Escritos na India,* e, ainda mais, onze poemas inéditos, escritos entre 1945 e 1963. Estando os livros de Cecilia Meirelles quase todos esgotados, esta *Antologia* é uma ocasião magnifica para que um público mais jovem e maior tome conhecimento de uma obra tão alta e tão pura.

——//——

Surgiu o primeiro romance de Otto Lara Rezende, *O Braço Direito.* Estreando como contista em *O Lado Humano* e depois juntando contos e novelas em *O Retrato na Gaveta,* seu mais recente êxito, Otto Lara Rezende aparece agora como romancista, com essa impressionante história de um diretor de asilo de órfãos. Ao vigor de sua imaginação de romancista não faltam, aqui e ali, toques de graça e ironia, na criação de tipos e ambientes de uma cidade do interior, com suas lutas políticas, seus mexericos e suas assombrações.

——//——

Fernando Sabino é um dos autores mais lidos no Brasil de hoje. Seu Encontro Marcado está em sexta edição e seus livros de crônicas são sempre reeditados. O público, entretanto, mal conhece essas novelas de *A Vida Real,* agora editadas, anteriormente publicadas em edição limitada. E os leitores de Sabino por certo se surpreenderão com estas páginas, tão diferentes das outras que tem apresentado, decorridas numa atmosfera fantástica de emoções vividas durante o sono.

——//——

Rachel de Queiroz é a última conquista da Editôra do Autor. Em *O Brasileiro Perplexo* ela reafirma as qualidades que lhe deram lugar de relêvo, como das mais altas expressões da literatura contemporânea. São histórias e crônicas sôbre os mais variados tipos e episódios da vida brasileira, que vão dos malfeitos de um vendedor de ovos à pitoresca inauguração do telefone na cidade das Aroeiras,

ou dos amores da moça Cremilda aos problemas de uma garota transviada. E ainda as páginas inesquecíveis sôbre a arte de ser avó e suas implicações.

MELHORAMENTOS

Grotão do Café Amarelo, de Francisco Marins, continua o tema, com os mesmos personagens e o mesmo ambiente, de *Clarão na Serra*, do mesmo autor. Realmente, os dois livros se completam, pois fazem parte da trilogia que será completada com *A Porteira Bateu*.

O primeiro romance descreve acontecimentos desde 1842 e vai até 1889. O segundo inicia nesta data e avança até 1904, época importante para o Brasil, pois foi a êsse tempo que se iniciou a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O tema é a conquista do chão pelo café.

Clarão na Serra conduz o leitor a meados do Século XIX, quando homens destemidos disputavam imensas glebas situadas na zona oeste-noroeste de São Paulo. Em suas páginas surgem acontecimentos históricos, como a Insurreição de Sorocaba, a Abolição da escravatura e a Proclamação da República.

Clarão na Serra aparece em nova edição, depois de haver a primeira se esgotado sob os aplausos da crítica.

——//——

CULTURA E LIBERDADE

(Ed. CONVIVIO)

UMA ANÁLISE EM PROFUNDIDADE DO PROBLEMA DA LIBERDADE E DE SUAS CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS, DO PENSADOR BRASILEIRO **GILBERTO DE MELLO KUJAWSKI.**